

Fundo de Desenvolvimento
das Nações Unidas para a Mulher



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Retrato das Desigualdades

2^a edição

Luana Pinheiro¹
Natália Fontoura²
Ana Carolina Prata³
Vera Soares⁴

Brasília, setembro de 2006

¹ Técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

² Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, em exercício no Ipea.

³ Consultora da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea.

⁴ Coordenadora do Programa Igualdade de Gênero e Raça, do UNIFEM.

<p>Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</p> <p>Presidente Luiz Henrique Proença Soares</p> <p>Diretoria de Estudos Sociais Anna Maria T. Medeiros Peliano</p> <p>Diretoria de Administração e Finanças Cinara Maria Fonseca de Lima</p> <p>Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento Alexandre de Ávila Gomide</p> <p>Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos Marcelo Piancastelli de Siqueira</p> <p>Diretoria de Estudos Setoriais João Alberto de Negri</p> <p>Diretoria de Estudos Macroeconômicos Paulo Mansur Levy</p> <p>Chefe de Gabinete Pérsio Marco Antônio Davison</p> <p>Assessor Chefe de Comunicação Murilo Lôbo</p>	<p>UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher Escritório Regional para o Brasil e o Cone Sul</p> <p>Diretora Ana Falú</p> <p>Vice- Diretora Júnia Puglia</p> <p>Programa Igualdade de Gênero e Raça (unifemgeneroraca@undp.org.br)</p> <p>Coordenadora Vera Soares</p> <p>Assistentes Carla Perdiz Mônica Giágio</p> <p>Produção de Indicadores Sonia Tiê Shicasho e Radakian Maurity Sousa Lino</p> <p>Apoio: DFID – Departamento de Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico</p>
---	--

Apresentação

Em novembro de 2005, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em parceria com o Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher), lançou o estudo “Retrato das Desigualdades – 1ª edição”, que trouxe uma ampla gama de indicadores capazes de retratar as desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. O objetivo desse trabalho foi disseminar entre os mais diferentes públicos – movimentos sociais, pesquisadores, gestores, parlamentares, estudantes – os dados coletados anualmente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE e que nos permitem visualizar, de forma explícita e compreensível, as enormes desigualdades que se manifestam entre negros e brancos e homens e mulheres nos mais diferentes espaços sociais – educação, mercado de trabalho, acesso a bens e serviços etc.

Uma preocupação adicional marcou o desenvolvimento do estudo: inserir no debate sobre desigualdades a questão da interseccionalidade de gênero e raça, ou dupla discriminação, como alguns estudiosos costumam denominar. Neste sentido, conferiu-se especial destaque à situação a que mulheres negras, vítimas do racismo e do sexismo, estão submetidas, o que traz como consequência uma condição de inserção social muito mais debilitada para esse grupo, que termina por apresentar os piores indicadores em praticamente todas as áreas aqui analisadas.

O Ipea e o Unifem trazem, agora, a público, a segunda edição do “Retrato das Desigualdades”. As novidades resultam, principalmente, de sugestões e comentários feitos às pesquisadoras responsáveis pelo estudo. Inicialmente, há uma atualização das informações apresentadas em 2005. A primeira edição do Retrato trouxe indicadores que cobriam o período 1993 a 2003. Com o lançamento da última PNAD, relativa ao ano de 2004, a série histórica de que trata o estudo foi ampliada, comportando agora uma análise que recobre um espaço temporal de 12 anos⁵. Ademais, uma série de informações foi desagregada segundo a localização dos domicílios, de modo a permitir a visualização das desigualdades entre os meios urbano e rural e as diferenças entre as condições de vida dos habitantes de cada um desses espaços, de acordo com seu sexo e cor/raça. Agrega-se, dessa forma, uma outra face importante da desigualdade brasileira, também determinante para a configuração de nossa sociedade.

As informações aqui apresentadas constituem-se em poderoso instrumento na luta pela construção e garantia da real igualdade entre homens e mulheres e negros e brancos. Foi a partir da divulgação de uma série de dados estatísticos como estes, também reveladores das desigualdades de gênero e raça e dos processos discriminatórios que ainda permeiam a sociedade, que o Estado brasileiro veio, na década de 1990, a reconhecer formalmente, perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a existência de racismo, de discriminações baseadas na cor da pele ou na origem étnica dos indivíduos.

Com o intuito de eliminar ou proibir as discriminações fundadas em gênero e raça, o Brasil assinou vários compromissos internacionais neste sentido, ratificou a CEDAW – Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o Protocolo Facultativo da CEDAW e quase todas as convenções da OIT. Também assinou uma das mais antigas convenções internacionais, a CERD – Convenção Internacional para a Eliminação da Desigualdade Racial.

⁵ Cabe lembrar que a PNAD não foi realizada em 1994 e nem em 2000.

Além disto, a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, traz em seu corpo uma série de preceitos que buscam garantir a igualdade entre todos e a não discriminação por qualquer motivo. O artigo 5º da CF é um dos exemplos que ilustram esta preocupação. Segundo ele: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”* (art. 5º, caput). A Constituição deixa claro, também, que *“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações...”* (art. 5º, I). No art. 7º, inciso XXX, encontramos ainda: *“proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”*.

Assim, se é verdade que a igualdade formal é garantida em nosso país e que a presença de preconceitos e discriminações não é aceita no corpo jurídico vigente, por outro lado a igualdade real não se concretiza, o que pode ser visualizado pelos indicadores aqui apresentados, que explicitam claramente as enormes desigualdades que sofrem as mulheres e os negros, e, em conseqüência da interseccionalidade, as mulheres negras. Esta violação aos direitos humanos torna-se ainda mais grave quando constatamos a magnitude da população brasileira que está sujeita, cotidianamente, a agressões, humilhações e outros tipos de violências – expressas ou simbólicas – baseadas em seu sexo ou em sua cor ou raça.

É importante salientar que a igualdade da qual se fala aqui traz como pressuposto a idéia de respeito à diversidade. Isso significa a “igualdade na diferença”, ou seja, implica assumir que para que todos tenham assegurado o seu direito à igualdade, é necessário que se considerem as diferenças de cada grupo. Para que toda a população tenha acesso ao ensino, por exemplo, é essencial reconhecer as particularidades e as necessidades específicas da população indígena, o histórico de escravidão da população negra e os papéis sociais assumidos por homens e mulheres. O reconhecimento da diferença é instrumento fundamental para o alcance da igualdade e para a conseqüente aproximação dos indicadores sociais de cada um dos grupos que compõem a sociedade.

Os comentários que se seguem não esgotam as possibilidades de informação e análise que o conjunto de indicadores oferece, mas buscam apontar para algumas questões, cujo conhecimento e compreensão contribuem para esforços no sentido de modificar esta situação.

Características da população brasileira

A população brasileira tem crescido a ritmos cada vez menores desde a década de 1960. Enquanto nos anos 50, as taxas de crescimento anuais eram da ordem de 3%, entre 1991 e 2000, ela foi de apenas 1,64%, que é a taxa mais baixa desde o censo de 1940. Entre 1993 e 2004, anos analisados neste trabalho, o crescimento absoluto foi de quase 39 milhões de pessoas, sendo que, em 2004 o país contava com uma população aproximada de 182 milhões de habitantes.

A grande maioria dessa população, cerca de 83%, vivia em zonas urbanas, em 2004, o que confirma o processo de urbanização pelo qual o país tem passado. A migração campo-cidade tem sido mais intensa para os jovens do que para os adultos e idosos e para mulheres do que para homens. Em consequência, há um envelhecimento da população rural e um rejuvenescimento da oferta de mão-de-obra urbana, com o campo tornando-se majoritariamente masculino.

A composição por cor/raça em 2004 era de 51,4% de brancos; 42,1% de pardos; 5,9% de pretos; 0,4% de amarelos e 0,2% de indígenas. Isto significa que quase metade da população brasileira é potencialmente vítima das discriminações raciais e sofre com as desigualdades – educacionais, no mercado de trabalho, no acesso a bens e serviços. Seguindo a mesma lógica, mais da metade da população está sujeita às diversas formas de discriminação em função de seu sexo: em 2004, o Brasil era composto por 48,7% de homens e 51,3% de mulheres. Há, deste modo, 4.707.835 de mulheres a mais em relação aos homens, ou seja, 2,6% da população.

A distribuição da população pelas diversas regiões do país é muito diferente. Os brancos são maioria nas regiões Sul e Sudeste e os negros nas regiões Norte e Nordeste, o que certamente pode ser explicado pelos processos de colonização e escravidão no Brasil, vivenciados de forma distinta nas diversas regiões do país (ver Tabela 1 e Gráfico 1, abaixo).

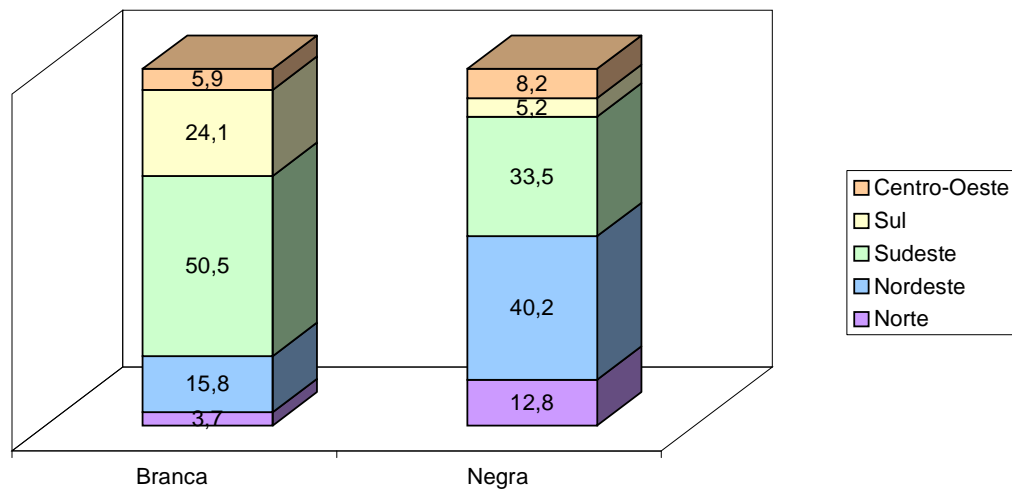
Tabela 1 – Distribuição da população por grandes regiões, segundo cor/raça - 2004

	Branca	Negra
Norte	24%	76%
Nordeste	30%	70%
Sudeste	61%	39%
Sul	83%	17%
Centro-Oeste	43%	57%

Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Gráfico 1 – Distribuição da população por cor/raça – Grandes Regiões, 2004 (em %)



Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Da população negra, aproximadamente a metade é composta de mulheres (50,1%). As mulheres negras são mais de 43 milhões de pessoas, o que representa 24,1% do total da população brasileira. São estas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja, estão sujeitas a “múltiplas formas de discriminação social (...), em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida”⁶. As discriminações de gênero e raça não são fenômenos mutuamente exclusivos, mas, ao contrário, são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial freqüentemente marcada pelo gênero, o que significa, portanto, que as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente dos homens.

Há, no entanto, um número menor de mulheres negras, em relação aos homens negros do que mulheres brancas em relação aos homens brancos: são 4.379.448 mulheres brancas a mais que os homens brancos (4,7% dos brancos) e 227.408 mulheres negras a mais que os homens negros (0,27% dos negros).

A composição etária entre as mulheres brancas e negras é muito semelhante até a faixa de idade entre 25 e 44 anos. A partir daí há diferenças, o que reflete as diferenças de esperança de vida. As mulheres brancas, em 2000, esperavam viver 73,8 anos quando nasciam; as mulheres negras, 69,5 anos; os homens brancos, 68,2 e os homens negros, 63,2 anos⁷. Estas desigualdades na expectativa de vida refletem, sobretudo, o menor acesso a bens e serviços de saúde, à educação, a serviços de infra-estrutura, como abastecimento de água, esgoto, etc. e, certamente, à maior mortalidade por causas externas (homicídios, acidentes) entre negros. “Em 2000, os homicídios de indivíduos brancos foram de 19,6 por 100 mil habitantes e representam 3,6% do total de óbitos. Já os homicídios de negros foram de 31 por 100 mil habitantes, numa proporção de 8,3% dos óbitos”⁸.

⁶ CARNEIRO, Sueli (2002). “A batalha de Durban”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, nº 1, p. 210.

⁷ PNUD, Atlas Racial Brasileiro 2005.

⁸ FERREIRA, Helder (2005). “O crescimento dos homicídios de crianças e adolescentes no Brasil: 1980 a 2003”. *Boletim de Políticas Sociais*, nº 11, p. 181.

A análise da composição da população por faixa etária, confirma o processo de transição demográfica pelo qual o Brasil vem passando. De fato, a queda nas taxas de mortalidade e de natalidade tem levado a um envelhecimento da população, ou seja, há uma concentração cada vez maior de pessoas na faixa de 60 anos ou mais de idade, conforme a Tabela 2, a seguir. Vale observar que o aumento é maior entre as mulheres, em comparação aos homens, especialmente mulheres brancas, o que, como já visto, é resultado das maiores expectativas de vida da população feminina em relação à masculina.

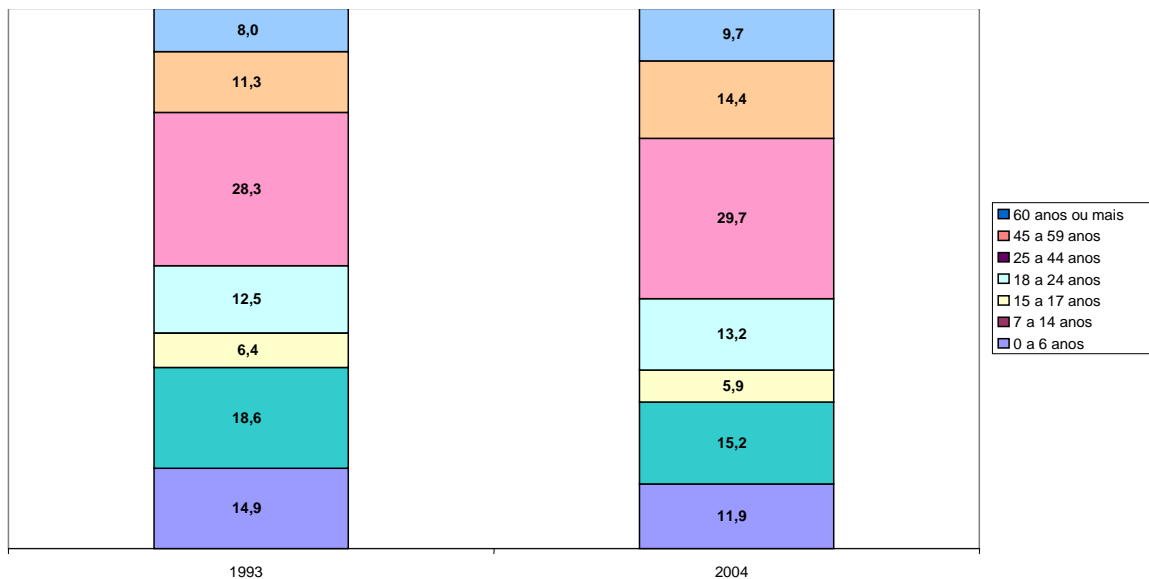
Tabela 2 – Porcentagem da população com 60 anos ou mais de idade por sexo, Brasil – 1993 e 2004

	1993	2004
Mulheres	8,5	10,6
Homens	7,4	8,8
Total	8,0	9,7

Fonte: PNAD 1993 e 2004

Por outro lado, a parcela de jovens no conjunto da população vem caindo continuamente. Este crescimento é decorrência das mudanças na composição etária da população, com a participação cada vez menor das faixas etárias iniciais e aumento de idosos. Como pode ser visto pelo Gráfico 2, o peso da população de até 17 anos de idade caiu significativamente em apenas 10 anos: em 1993, ela representava cerca de 40% da população e, em 2004, esse valor já era de 33%. É justamente a partir dos 18 anos que essa tendência se inverte. A partir da faixa etária de 18-24 anos, e em todas as seguintes, verifica-se um crescimento na importância desses grupos em relação à população total, configurando o envelhecimento populacional já mencionado. O Brasil passa, hoje, pela fase do processo demográfico conhecida como “janela de oportunidades”, na qual há um crescimento da população em idade ativa, que se configura, potencialmente, em mais mão-de-obra ofertada ao mercado de trabalho e, assim, mais contribuintes para o sistema de seguridade social.

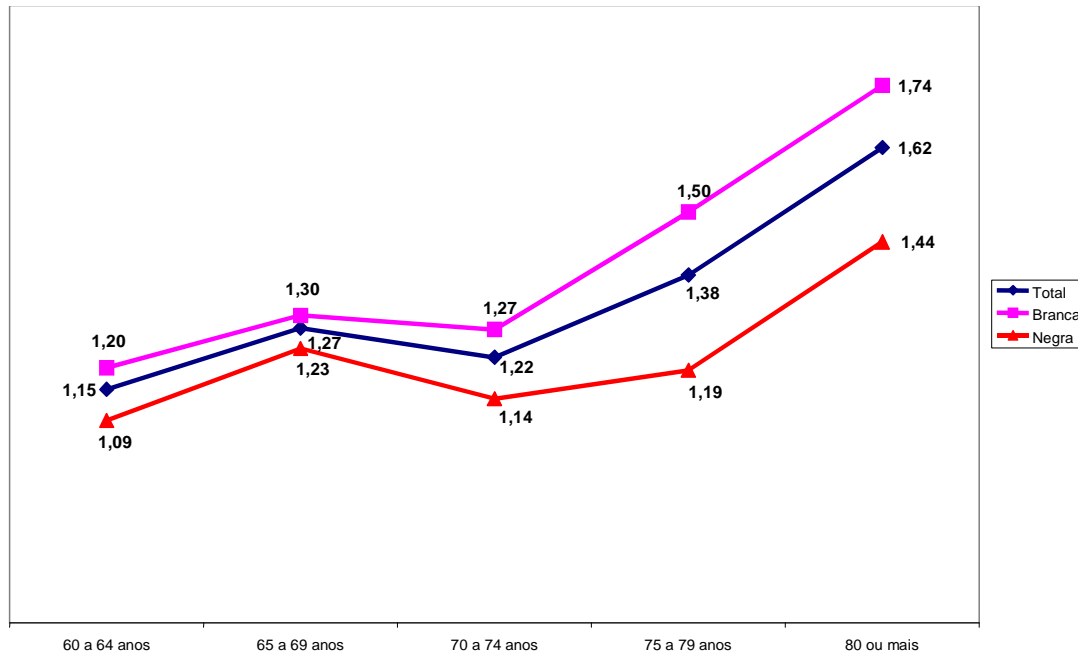
Gráfico 2 – Distribuição da população segundo faixas etárias – Brasil, 1993 e 2004



Fonte: PNAD 1993 e 2004

Este envelhecimento populacional, porém, é mais intenso para as mulheres, o que pode ser visto pelo “índice de feminilidade” da população, que é a razão entre o total de mulheres e o total de homens em cada faixa etária (ver Gráfico 3). Nesse caso, é interessante perceber que conforme se avança nas faixas etárias, maior é a proporção de mulheres em comparação à de homens. Com efeito, entre a população de 80 anos ou mais existem 62% a mais de mulheres (índice é de 1,62), enquanto na faixa de 60 a 64 anos essa sobre-representação é menor, de 15%.

Gráfico 3 – Índice de feminilidade da população segundo faixas etárias, por cor/raça – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

As famílias

Antes da apresentação de alguns dos dados referentes às famílias brasileiras, é importante tornar claro o que está por trás do conceito de família aqui adotado. As Pnads captam informações tanto sobre os núcleos familiares quanto sobre os arranjos domiciliares, denominando os primeiros “famílias” e os segundos “domicílios”. O conceito de família refere-se a pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo o domicílio a unidade básica da pesquisa que pode comportar uma ou mais famílias. No caso de um casal que possua uma filha e um neto (filho da filha), são contabilizadas duas famílias, vivendo em apenas um domicílio. No caso deste trabalho, diferentemente do conceito das PNADs, optou-se por trabalhar com famílias, sendo estas entendidas como o conjunto de moradores do domicílio, uma vez que na maioria das vezes há uma simples coincidência entre ambos. Logo, família, neste texto, equivale a domicílios no conceito do IBGE.

Há uma tendência nesta década, já observada anteriormente, de crescimento das famílias que têm mulheres como responsáveis (ou chefes) no país. Este aumento se deu tanto

nas famílias com chefia de mulheres brancas como nas de mulheres negras. Apenas na última década (1993-2004) houve um aumento de 36% na proporção de domicílios que contavam com uma mulher como pessoa de referência. Em 1993, cerca de 20% dos domicílios eram chefiados por mulheres, enquanto em 2004 essa proporção cresce para quase 27%. O crescimento do número de divórcios e separações, a maior expectativa de vida das mulheres, o crescimento no número de jovens mães solteiras e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, que lhes conferiu maior autonomia, são alguns dos fatores que podem explicar essa nova tendência que se instala no Brasil.

As mulheres responsáveis por famílias constituem, em geral, arranjos familiares do tipo “mulher com filhos” e quase a totalidade delas não têm conjuge. Nesse sentido, tendem a ser as únicas responsáveis pelo domicílio, sendo a única fonte de renda, o que torna estas famílias mais vulneráveis. Estas mulheres certamente estarão sobrecarregadas com os afazeres domésticos e com a busca da manutenção econômica da família. Em 2004, esse tipo de arranjo correspondia a 15,2% do total de famílias no Brasil, enquanto os homens sozinhos responsáveis pelos filhos não ultrapassavam 3% (Ver Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição das famílias segundo tipo e cor/raça do chefe – Brasil, 1993 e 2004

	Casal com filhos	Casal sem filhos	Mulher com filhos	Mulher sem filhos	Homem com filhos	Homem sem filhos	Unipessoal feminina	Unipessoal masculina
1993								
Total	62,6	11,4	12,6	2,0	1,7	1,5	4,2	4,0
1993								
Branca	62,2	12,7	11,6	2,0	1,5	1,5	4,8	3,8
1993								
Negra	63,3	9,6	13,9	2,1	1,9	1,5	3,3	4,4
2004								
Total	54,8	13,5	15,2	2,3	2,9	1,3	5,5	5,5
2004								
Branca	53,5	15,0	14,5	2,2	1,8	1,3	6,5	5,2
2004								
Negra	56,3	11,6	16,0	2,4	2,2	1,3	4,3	5,9

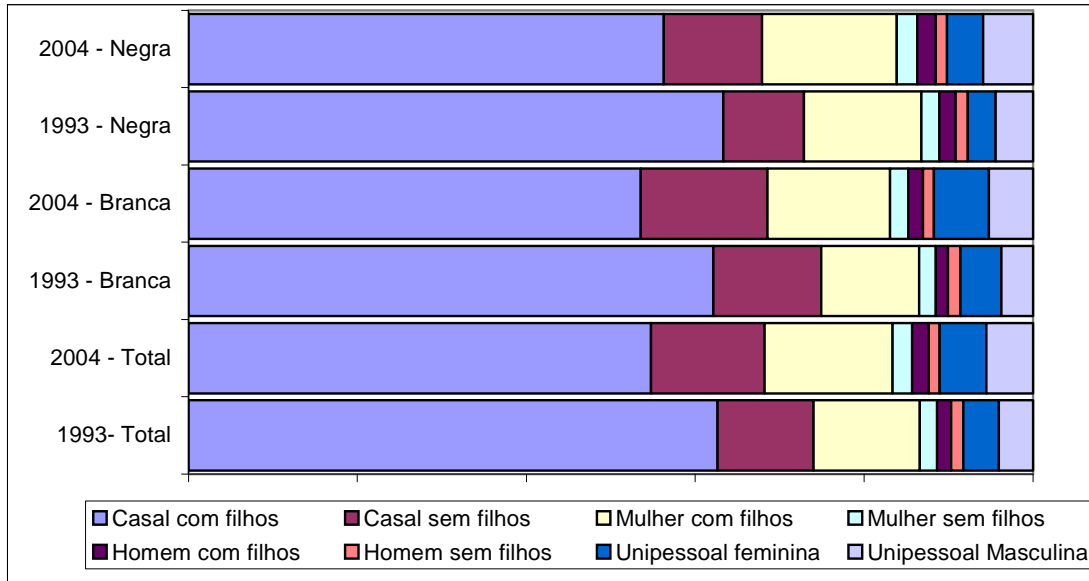
Fonte: PNAD 1993 e 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

As famílias constituídas por casal com filhos são a maioria das famílias brasileiras. Em 2004, eram um pouco mais da metade do conjunto de famílias, sendo que esta proporção diminuiu no período de 1993 a 2004. É importante atentar para as transformações que vem ocorrendo nos últimos anos nas estruturas familiares brasileiras, independentemente da cor/raça do chefe, como o crescimento na proporção de famílias cuja responsabilidade é das mulheres, a redução naquelas do tipo casal e o crescimento das famílias unipessoais (ver Gráfico 4). Assim, enquanto em 1993, 18,8% das famílias eram do tipo mulher com/sem filhos ou unipessoal feminina - o que pressupõe uma chefia feminina - em 2004, esse valor saltou para 23,0%.

Em relação às diferenças de estrutura familiar segundo a cor/raça dos chefes do domicílio, pode-se perceber, pela análise do Gráfico 4 que as mulheres negras são em número maior as responsáveis por famílias do tipo “mulher com filhos” quando comparadas às mulheres brancas. Por outro lado, as brancas tendem a predominar na estrutura “unipessoal feminina”, o que pode estar relacionado às melhores condições econômicas da população branca em relação à negra.

Gráfico 4 – Distribuição das famílias por tipo, segundo cor/raça do chefe, Brasil – 1993 e 2004



Fonte: PNAD 1993 e 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Já no que diz respeito às famílias rurais e urbanas, o primeiro destaque é a proporção bastante inferior de famílias rurais chefiadas por mulheres em comparação àquelas situadas no meio urbano. De fato, as mulheres chefes correspondiam a apenas 13,8% das famílias rurais, em 2004, enquanto para as urbanas esse valor é mais que o dobro: 28,9%. Para Azzoni *et alii*⁹ este fato pode ser explicado por fatores sociológicos e pelas próprias condições das atividades rurais. Para ele, “a relação de gênero no meio rural é mais machista do que aquela observada nas áreas urbanas, tanto pela dinâmica econômica das áreas urbanas nos últimos anos quanto pelas mudanças sociais observadas e assimiladas mais rapidamente por estas regiões” (2005:26). Confirmando esta hipótese, percebe-se que são exatamente as famílias urbanas as que apresentaram o maior crescimento na chefia feminina no período analisado: de 21,7%, em 1993, para 28,9% em 2004. Já as famílias chefiadas por mulheres localizadas nas áreas rurais passaram de 11,4% em 1993, para 13,8%, em 2004, um crescimento de pouco mais de 2 pontos percentuais, frente a um de mais de 7 pontos nas famílias urbanas.

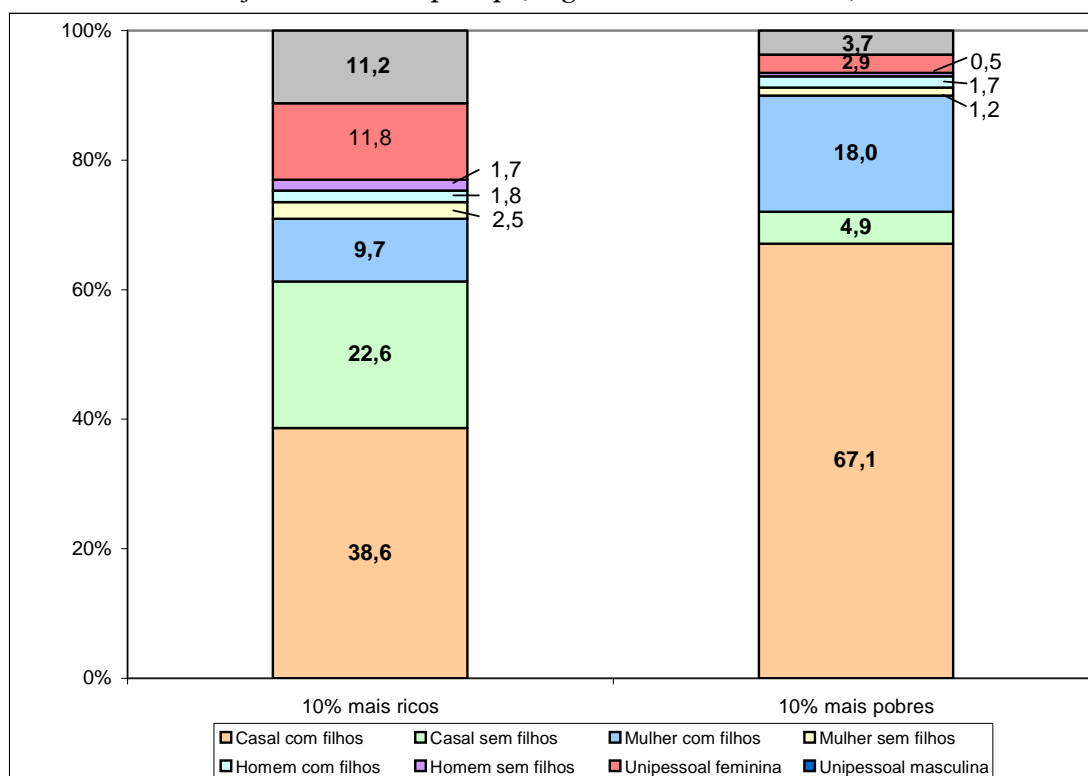
Algumas diferenças importantes devem ser destacadas no que se refere ao perfil das famílias do primeiro e do último decil de renda, especialmente no que se refere ao tipo de chefia feminina que predomina em cada um deles. Entre os 10% mais ricos da população é muito mais comum a presença de famílias do tipo unipessoal, ou seja, mulheres ou homens

⁹ AZZONI, C. (coord.); Silveira, F.G.; Carvalho, A.I.; Ibarra, A.; Diniz, B.; Moreira, G. (2005). *Perfis dos rendimentos e dos orçamentos familiares brasileiros: o que diferencia o rural?* São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

vivendo sozinhos. No caso das famílias unipessoais femininas, no decil mais elevado elas representam 11,8% do total de famílias, enquanto que no decil mais pobre, elas são apenas 2,9%. Já no caso das estruturas familiares do tipo “mulher sem filhos” e “mulher com filhos”, chama a atenção o fato de que entre aquelas no décimo inferior de renda elas representam 19,2%, sendo que 18% são do tipo mulher com filhos. Já no décimo mais elevado, essas duas estruturas somam 12,2%; entre as do tipo “mulher com filhos” a proporção é cerca da metade daquela encontrada nas famílias mais pobres: 9,7% (ver Gráfico 5).

Por fim, é interessante, ainda, observar que no caso das famílias pertencentes aos 10% mais ricos da população, 38,6% delas são do tipo “casal com filhos”, enquanto 22,6% equivalem àquelas do tipo “casal sem filhos”. Ainda que esta estrutura familiar seja a predominante nos mais diferentes estratos de renda, a sua distribuição interna – entre com filhos e sem filhos – é bastante diferenciada para famílias localizadas em decis distintos. De fato, entre aquelas dos decis inferiores, 67% das famílias são casais com filhos e apenas 5% casais sem filhos.

Gráfico 5 – Distribuição das famílias por tipo, segundo décimos de renda, Brasil – 2004



Fonte: PNAD 2004

Finalmente, é interessante observar como mulheres e homens que se declaram como pessoas de referência se distribuem pelas diferentes faixas etárias. Nos dois extremos da estrutura etária – entre os mais jovens e as pessoas com 60 anos ou mais de idade – encontram-se maiores proporções de famílias chefiadas por mulheres (ver Tabela 4). No primeiro caso, a causa pode estar na gravidez na adolescência, que faz com que haja muitas jovens mães solteiras, portanto, chefes de família segundo a definição de parentesco adotada pelo IBGE. Entre as mais velhas, essa sobre-representação está relacionada à maior expectativa de vida entre as mulheres, que faz com que existam muitas mulheres viúvas, vivendo de aposentadorias e pensões e que são, dessa maneira, chefes de família.

**Tabela 4 – Distribuição dos chefes de família, por sexo e grupos de idade, Brasil – 2004
(Em %)**

Sexo do chefe	Grupo de idade do chefe				
	10 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Homens	6,4	35,3	23,8	16,7	17,8
Mulheres	10,3	26,4	19,6	16,3	27,4

Fonte: PNAD 2004. IBGE: Síntese de Indicadores Sociais 2005.

Educação

Um dos momentos importantes em que a discriminação se faz presente na vida das pessoas é o momento de socialização via inserção escolar. São os estabelecimentos escolares, juntamente com as famílias, os espaços privilegiados de reprodução – e, portanto, também de destruição – de estereótipos, de segregação e de visualização dos efeitos perversos que esses fenômenos têm sobre os indivíduos.

As análises de indicadores educacionais, em geral, apontam para uma melhor situação das mulheres em praticamente todos os indicadores analisados. As meninas freqüentam mais a escola; as mulheres são mais escolarizadas, têm menores taxas de analfabetismo, melhores taxas de escolarização líquida, em todos os níveis de ensino; menores taxas de distorção idade-série etc. Estes dados não indicam, porém, que estamos em uma situação de igualdade de gênero. De fato, muito se tem usado o termo gênero como substituto de “mulher”. Se tomarmos gênero como uma categoria construída culturalmente, que estabelece locais, comportamentos e responsabilidades para cada um dos sexos, e que se baseia nas relações entre homens e mulheres hierarquizadas segundo níveis de poder, então podemos perceber que o campo educacional é, também, espaço de desigualdades de gênero.

A menor proporção de meninos freqüentando a escola e o pior desempenho dos mesmos neste campo são fenômenos que resultam dos papéis de gênero estabelecidos pela sociedade e que definiram os espaços públicos como sendo tipicamente masculinos e os privados como femininos. Assim, enquanto as meninas conseguem conciliar o estudo com as tarefas domésticas, os meninos tendem a abandonar a escola para trabalhar no mundo público e, dessa maneira, acabam apresentando pior rendimento do que as meninas e maiores taxas de evasão escolar.

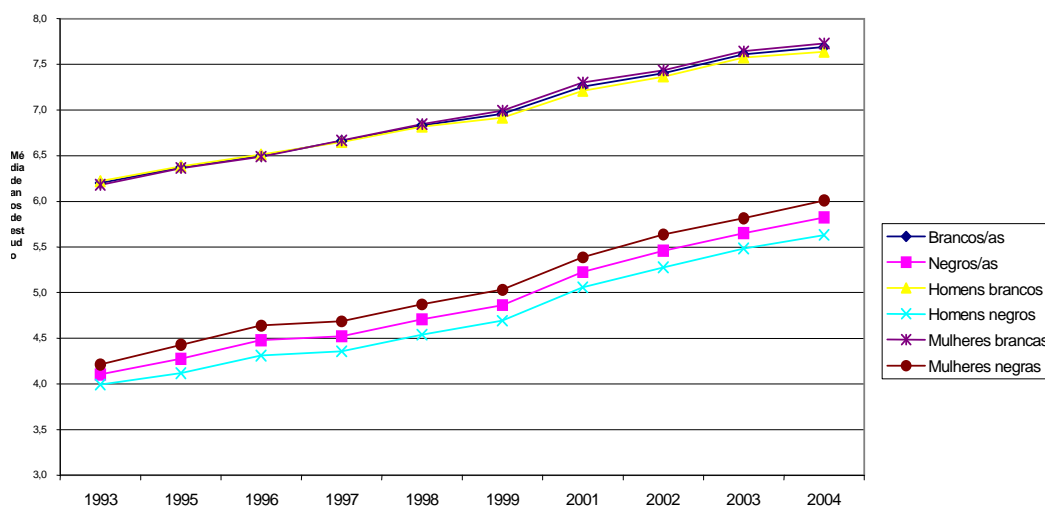
Esta posição mais favorável das mulheres em matéria de educação, contudo, não tem sido suficiente para lhes garantir melhores postos de trabalho e remunerações, o que leva a dois desafios importantes do ponto de vista das políticas públicas: avançar sobre os demais fossos que impedem as mulheres de ocuparem posições no mercado de trabalho condizentes com sua escolarização e capacitação, por um lado; e, por outro, descobrir meios de evitar que os meninos se afastem dos estudos.

Se a questão educacional não é o principal entrave para que as mulheres experimentem melhores condições de vida, “(...) ela certamente é um ponto importante, no Brasil, para a eliminação das disparidades raciais e regionais. A realização de análises desagregadas por novas dimensões, portanto, é essencial para dar visibilidade a certos tipos de desigualdade que são, também, estruturantes da sociedade brasileira, criando uma interseccionalidade que contribui para estabelecer condições de vulnerabilidade distintas para cada grupo social”¹⁰. Assim, os indicadores educacionais permitem a visualização das desigualdades e da discriminação a que negros estão submetidos nesta esfera e que, certamente, serão levadas e reproduzidas de forma ainda mais intensa no mercado de trabalho. Esta situação se torna ainda mais grave por ser a escola um espaço privilegiado de crescimento pessoal, intelectual e social, bem como de construção dos valores da democracia e da cidadania.

¹⁰ BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília: Ipea, 2005, p. 69.

Inicialmente, podemos analisar o indicador que mede a média de anos de estudo da população brasileira. Apesar do crescimento na média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais (aproximadamente 1,5 ano) ao longo da década 1993-2004, o diferencial entre negros e brancos caiu muito pouco neste período. Se em 1993 esse diferencial era de 2,1 anos a favor dos brancos, em 2004 ele caiu apenas para 1,9.

Gráfico 6 – Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo e cor/raça – Brasil, 1993-2004



Fonte: PNAD 1993 a 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

As desigualdades regionais são, em alguns casos, ainda mais intensas que as desigualdades raciais. Em 2004, a média de anos de estudos da população nordestina era de 5,5, contra 7,5 anos no Sudeste. Esta diferença é tão expressiva, que a média nordestina no ano de 2004 é inferior àquela apresentada pelo Sudeste em 1993. Isto significa que a segunda maior região brasileira em termos populacionais está mais de uma década atrasada em relação ao Sudeste, que apresenta uma população com 15 anos ou mais de idade que, em média, praticamente concluiu o ensino fundamental.

Esta diferença fica amplificada se comparamos a média de anos de estudo da população negra da região Nordeste – 5,1 em 2004 – com o mesmo indicador para a população branca da região Sudeste – 8,2 anos. Isto é, enquanto os negros nordestinos estão concluindo somente a primeira etapa do ensino fundamental (o antigo primário); os brancos da região Sudeste, na média, concluem os 8 anos desse nível de ensino. Como se sabe, a escolarização, além de ser um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, é um importante instrumento para a garantia de uma melhor inserção no mercado de trabalho e, especialmente, para o desfrute da cidadania. Com isto, pode-se dizer que as diferenças regionais de desenvolvimento e renda tendem a se perpetuar, tendo em vista a baixa escolarização da população nordestina, em geral, e a situação de permanência das desigualdades desde, pelo menos, 1993. O mesmo pode ser dito para as diferenças raciais, caso não sejam empreendidas ações voltadas a reverter o atual quadro, no qual as diferenças entre brancos e negros impressionam: 7,7 anos de estudo entre os brasileiros brancos contra 5,8 anos entre os brasileiros negros.

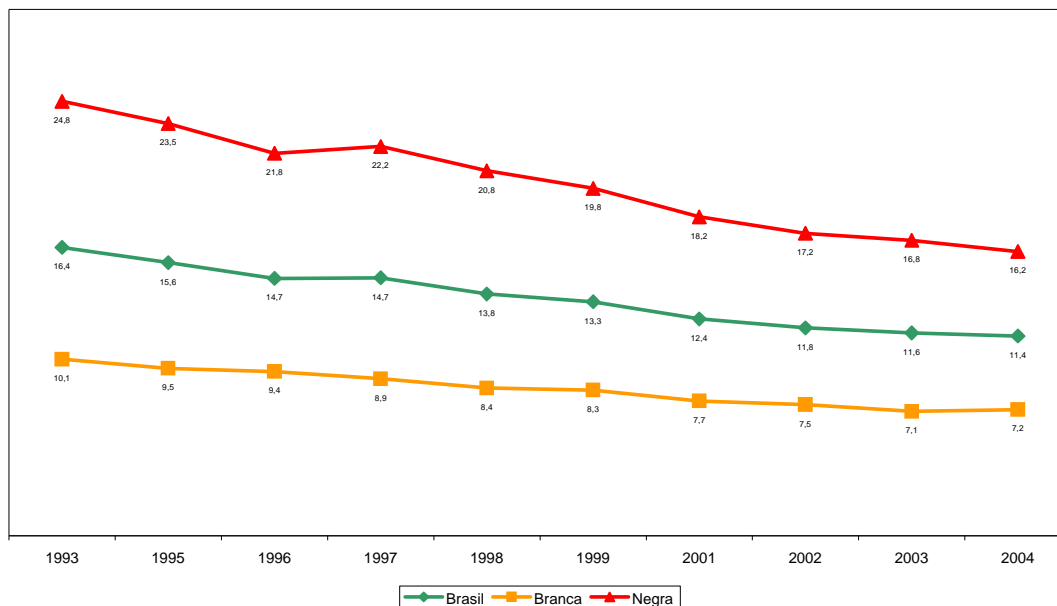
As diferenças entre as áreas rurais e urbanas do país também são marcantes: nas primeiras, a média de anos de estudo da população com mais de 15 anos de idade, em 2004, era de 4 anos, bastante inferior à média das áreas urbanas, de 7,4 anos. Uma das possíveis explicações para este fenômeno advém do fato de que as crianças no meio rural são levadas a trabalhar mais precocemente, abandonando mais cedo os estudos. Entretanto, diante da universalização do acesso ao ensino fundamental ocorrida na última década, espera-se que esta situação tenda a se reverter. Para isso, contudo, são necessárias ações que possibilitem a permanência dos estudantes na escola, uma vez que a universalização do acesso não significa a universalização da permanência.

O maior abandono escolar de estudantes do meio rural pode ser percebido pelo indicador de proporção de crianças e jovens freqüentando escolas: em 1993, 92% das crianças de 7 a 14 anos nas áreas urbanas freqüentavam escola, contrapostos a 78,6% das crianças das zonas rurais. Em 2004, o diferencial entre os dois grupos era somente de 2 pontos percentuais (97,5% e 95,5%, respectivamente). A mesma situação não se repete, na mesma magnitude, para o grupo de jovens em idade de freqüentar o ensino médio: em 1993, 26 pontos percentuais separavam os jovens de 15 a 17 anos freqüentando escolas nas áreas urbanas e rurais; em 2004, esta diferença caiu para 12 pontos, ainda significativa. Diante disto, caso estas tendências se mantenham, é possível esperar que, dentro de alguns anos, os indicadores relativos a taxa de analfabetismo e média de anos de estudo, por exemplo, sejam mais próximos para moradores do campo e da cidade.

Acompanhando o progresso dos indicadores educacionais experimentados pelo Brasil ao longo desses 12 anos, as taxas de analfabetismo apresentaram quedas significativas para a população de 15 anos ou mais de idade, caindo de 16,4% em 1993 para 11,4% em 2004. Os benefícios deste avanço, no entanto, não foram suficientes para eliminar, ou mesmo reduzir, as disparidades entre brancos e negros. Assim, enquanto, em 2004, 16% dos negros maiores de 15 anos eram analfabetos, esse valor era de apenas 7% para os brancos (ver Gráfico 7).

Desigualdade semelhante pode ser verificada entre as áreas rurais e urbanas: nas primeiras, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade era, em 2004, de 25,8%, três vezes superior à taxa da população urbana, de 8,7%. A estabilidade da distância entre esses dois grupos também é marcante, já que em 1993 o analfabetismo rural era 2,9 vezes maior que o urbano.

Gráfico 7 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade por cor/raça – Brasil, 1993-2004



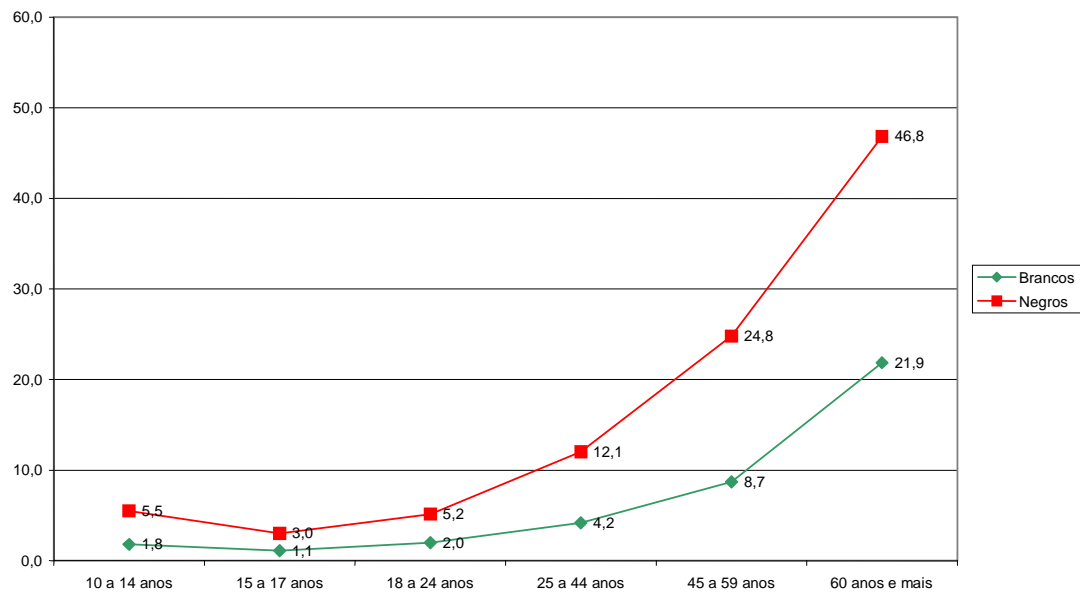
Fonte: PNAD 1993 a 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Interessante destacar que a média nacional, de 11,4% de analfabetos de 15 anos ou mais de idade, coloca os negros como um grupo sobre-representado no universo do analfabetismo, enquanto os brancos, inversamente, estão sub-representados. Já a análise dessas por idade, em 2004, nos mostra que em todas as faixas etárias, o diferencial de raça é muito significativo: por exemplo, entre as crianças negras de 10 a 14 anos de idade, o analfabetismo chega a 5,5%, comparados a 1,8% entre as crianças brancas de mesma idade. Apesar disso, entre os mais jovens o fosso racial ainda é de menor magnitude que entre os mais velhos: em 2004, 47% dos negros com 60 anos ou mais de idade eram analfabetos, enquanto 25% dos brancos estavam na mesma situação (ver Gráfico 8).

Na média geral, a diferença entre as taxas de analfabetismo de homens e mulheres não é significativa: em 2004, 10,8% dos homens com idade igual ou superior a 10 anos eram analfabetos, proporção bastante semelhante à das mulheres, que era de 10,2%. Entre a população mais jovem, com idade até 45 anos, as taxas de analfabetismo masculinas são sempre superiores às femininas, o que é um reflexo das melhores condições educacionais das mulheres, como já foi mencionado anteriormente. Somente quando se trata das mulheres com 45 anos ou mais de idade, é que esta situação se inverte. Entre elas, o analfabetismo é superior ao dos homens, e a média de anos de estudo, inferior, o que pode ser visto como herança de uma situação social anterior, na qual as mulheres ainda apresentavam pouca inserção no mercado de trabalho e dedicavam-se em maior proporção às atividades domésticas e de cuidados com o lar e a família. Nesse sentido, o movimento feminista foi de suma importância para alterar os papéis sociais estabelecidos, estimulando a participação da mulher no mercado de trabalho, no acesso ao conhecimento e a luta para sua inserção na esfera pública.

Gráfico 8 – Taxa de analfabetismo por grupos de idade – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

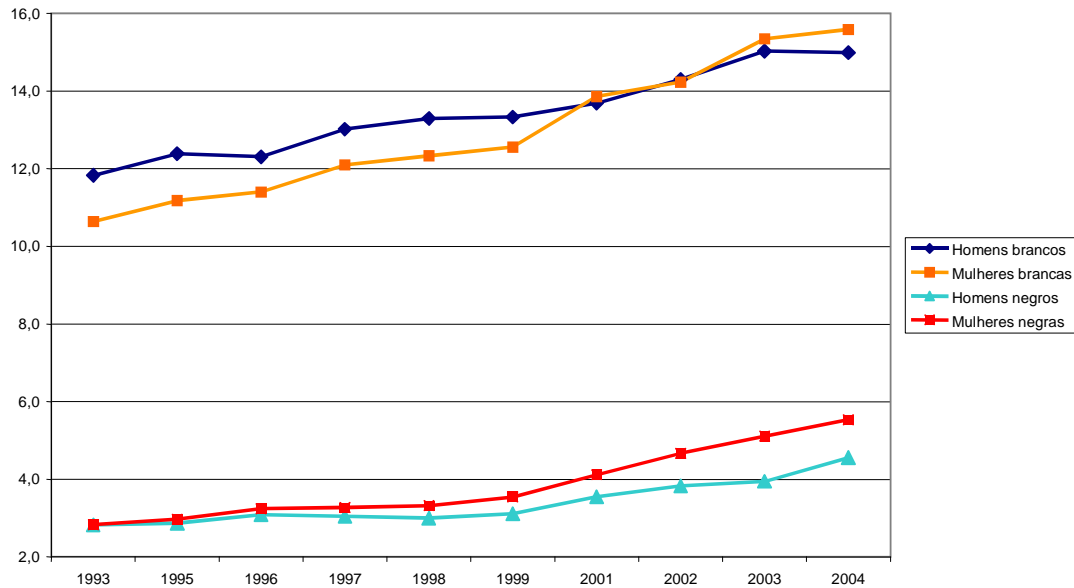
Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Os Gráficos 9 e 10 a seguir indicam que, na década, houve um significativo aumento da população com 12 anos ou mais de estudo e um declínio das pessoas com escolaridade menor que 4 anos de estudo. Apesar deste comportamento positivo do indicador, as distâncias entre brancos e negros reduziram-se pouco no primeiro caso e apresentaram uma leve piora no segundo.

Assim, enquanto em 1993, 11,2% da população branca de 25 anos ou mais de idade e 2,8% da negra de mesma faixa etária tinham 12 anos ou mais de escolaridade, em 2004 esses valores subiram para, respectivamente, 15,3% e 5,1%. Isto significa que, quanto mais andamos em direção aos grupos mais escolarizados, menor a chance de encontrarmos um indivíduo negro.

Do mesmo modo, se em 1993 a proporção de brancos e negros com menos de 4 anos de estudo era muito próxima (40,2% no primeiro e 38,9% no segundo caso), em 2004 essa diferença alcançou 2,8 pontos percentuais a favor da população branca (28,9% e 31,7%, respectivamente), o que aponta para uma melhoria educacional na década maior para brancos do que para negros.

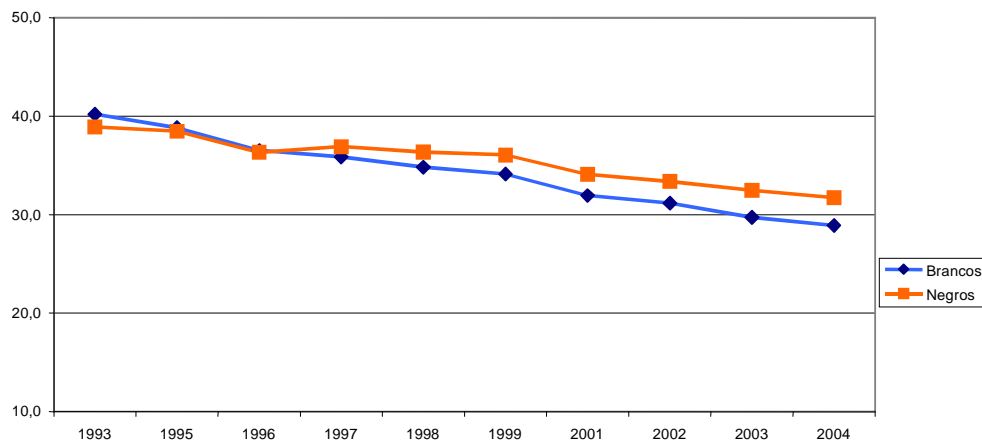
Gráfico 9 – Proporção da população com 25 anos ou mais de idade com 12 anos ou mais de estudo – Brasil, 1993-2004



Fonte: PNAD 1993 a 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Gráfico 10 – Proporção da população com 25 anos ou mais de idade com 1 a 4 anos de estudo – Brasil, 1993-2004

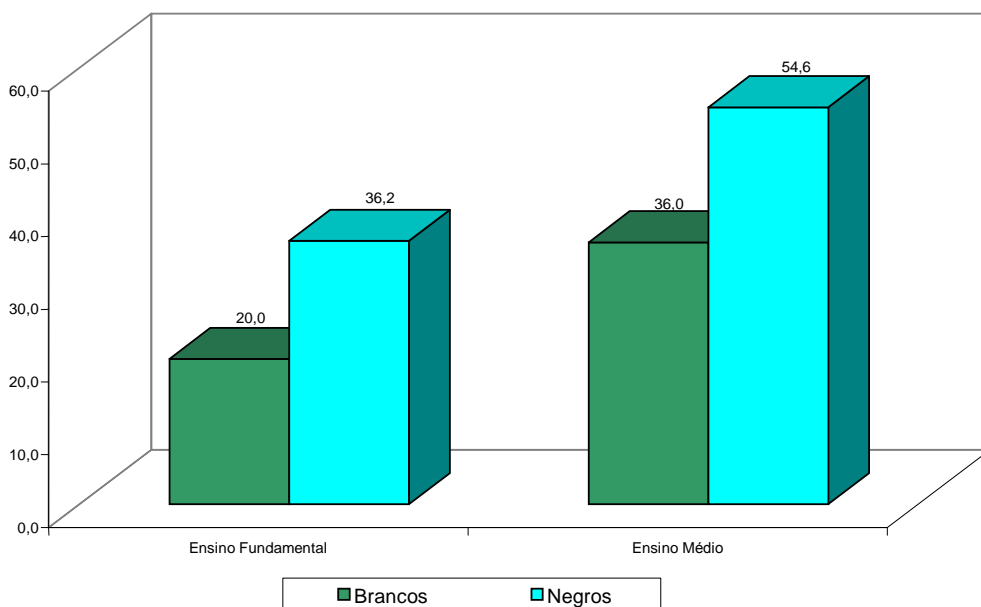


Fonte: PNAD 1993 a 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Outro indicador capaz de expressar as desigualdades raciais na educação é o de distorção idade-série¹¹. Para a média brasileira, tínhamos, em 1993, 46% dos estudantes do ensino fundamental e 55% dos de nível médio matriculados em séries que não estavam de acordo com sua idade. Estes valores caem, respectivamente, para 29% e 45% em 2004, o que é um avanço significativo. Estes avanços, porém, foram desigualmente distribuídos entre brancos e negros, pois o diferencial das taxas de distorção entre cada um dos grupos acabou aumentando ao longo do período. Assim, em 2004, 36% dos estudantes negros do ensino fundamental e 55% dos do ensino médio encontravam-se defasados em relação à série adequada que deveriam cursar (ver Gráfico 11, abaixo).

Gráfico 11 – Taxa de distorção idade-série por cor/raça e nível de ensino – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Este é um dos indicadores que permite visualizar, de forma bastante clara, as dificuldades a que os meninos estão submetidos no sistema educacional. Tanto no ensino fundamental quanto no médio os dados apontam para uma grave situação de distorção para meninas e para meninos, ainda que esse indicador tenha melhorado significativamente entre 1993 e 2004, quando passou de um total de 46,3% de estudantes defasados no ensino fundamental para 28,9%. No entanto, qualquer que seja o nível de ensino analisado, as mulheres estão em melhor situação: no fundamental, a taxa de distorção idade-série dos meninos alcançava, em 2004, 32,1%, contra 25,7% das meninas. Já no ensino médio essa diferença é bem menor, mas a comparação ainda assim apontava para 46,7% de estudantes do sexo masculino defasados e 43,2% do sexo feminino.

¹¹ Este indicador aponta o percentual de estudantes que estão em séries não condizentes com a sua idade, ou seja, que são mais velhos do que o que seria esperado para aquela série determinada. É importante salientar que os alunos considerados com distorção idade-série são aqueles que possuem idade superior em 2 anos ou mais à idade recomendada para a série que freqüenta.

Finalmente, o indicador de taxa de escolarização líquida aponta diferenças entre homens e mulheres e negros e brancos. A taxa de escolarização líquida fornece a proporção da população matriculada no nível/modalidade de ensino considerado adequado conforme as seguintes faixas etárias: educação infantil, menores de 6 anos; ensino fundamental, de 7 a 14 anos; ensino médio, de 15 a 17 anos e ensino superior, de 18 a 24 anos. Em todos os anos, conforme aumenta o grau de ensino, diminuem as taxas de escolarização líquida (desconsiderando-se, nesse caso, a educação infantil). Em 2004, no ensino médio as mulheres têm uma diferença significativa em relação aos homens (10 pontos percentuais), o que vai refletir em sua maior escolaridade, mas não necessariamente em sua melhor inserção, por exemplo, no mercado de trabalho. A Tabela 5, a seguir, apresenta os dados de escolarização líquida por sexo e cor do aluno.

Tabela 5 – Taxa de escolarização líquida por cor/raça e sexo, segundo nível de ensino - Brasil, 2004

	Homem branco	Mulher branca	Homem negro	Mulher negra
Educação Infantil	37,3	37,3	33,4	34,4
Ensino Fundamental	95,2	95,0	92,0	93,6
Ensino Médio	41,5	60,8	28,6	38,9
Ensino Superior	14,6	17,4	3,9	6,0

Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Como é de se esperar, a menor taxa de escolarização está na educação infantil, ainda ao alcance de poucas famílias. Contudo, já houve um grande avanço nos últimos anos, pois em 1993 essa taxa era de somente 14,8%, vindo em tendência ascendente nesta década. Os demais níveis de ensino também apresentam uma evolução significativa, com destaque para o ensino médio, para o qual a taxa aumentou em mais de duas vezes (de 18,9% em 1993 para 44,4% em 2004) em função especialmente da universalização do ensino fundamental; e para o ensino superior, devido à grande expansão da oferta de vagas nos últimos anos. Contudo, os diferenciais em relação à cor/raça não são desprezíveis, especialmente nesses níveis de ensino mais avançados, que apresentam uma sub-representação bem mais expressiva de negros e negras.

Saúde e Previdência Social

1. Saúde

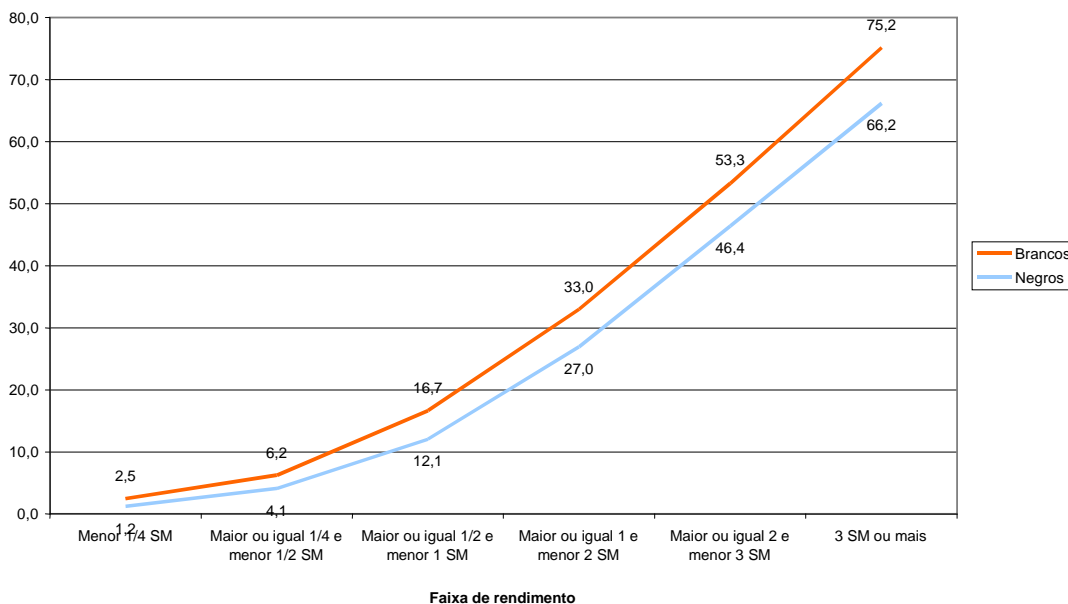
O acesso gratuito e universal ao sistema público de saúde, o SUS (Sistema Único de Saúde), é uma garantia constitucional conferida a todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua cor/raça, sexo ou qualquer outra característica. No entanto, ainda que o acesso esteja praticamente universalizado, os dados mostram que, na prática, existem determinados grupos populacionais que têm o acesso integral aos serviços de média e alta complexidade mais facilitado do que outros. Em especial, nesse caso, destacam-se as diferenças de acesso a exames específicos entre as populações negra e branca. Ainda que não existam muitas informações sobre esse tema na PNAD, tais desigualdades são ilustradas, aqui, por meio da análise da proporção de mulheres, segundo cor/raça, que realizou exame clínico de mamas, mamografia e preventivo de câncer de colo de útero¹². Conhecer as diferenças de acesso aos serviços de saúde, bem como os impactos destas diferenças em cada segmento da população, é fundamental para pensar políticas públicas que atuem no sentido de promover a igualdade e a universalidade no acesso e na qualidade do atendimento dos serviços públicos.

O primeiro dado merecedor de destaque no que se refere ao acesso aos serviços de saúde é aquele que aponta para a proporção de atendimentos e internações cobertos pelo SUS. Tais informações demonstram a importância do Sistema Único de Saúde para o conjunto da população brasileira, já que 63,5% dos atendimentos e 69,3% das internações são cobertos por este sistema.

No entanto, chama a atenção a diferença de cobertura quando se analisa a população branca e a negra. Se para o total da população brasileira, 63% dos atendimentos foram cobertos pelo SUS em 2003, este valor foi de 54% entre os brancos e de 76% entre os negros. Isso significa que a importância do atendimento público de saúde é mais significativa para negros do que para brancos, independentemente de serem homens ou mulheres. Não se pode ignorar, porém, que, se uma grande parte dos atendimentos efetuados para os brancos se dá na rede privada, a importância do SUS é inegável, pois, mesmo para esse grupo, mais da metade dos atendimentos é realizada na rede pública.

Em alguma medida, esta diferença pode ser explicada pelo fato de que os negros auferem rendimentos menores que os brancos, o que restringe seu acesso aos planos privados de saúde. A cobertura desses planos alcançou 33,2% da população branca e somente 14,7% dos negros, em 2003. Contudo, quando se examinam esses dados com o recorte de renda, é possível perceber que, apesar de a relação positiva entre renda domiciliar *per capita* e proporção de cobertura dos planos de saúde ser a mesma para brancos e negros – quanto mais alta a renda, maior a cobertura –, em todas as faixas de rendimento a proporção de brancos atendidos é superior à de negros (ver Gráfico 12). Isto significa que a renda não explica integralmente o diferencial de raça no atendimento.

¹² Os dados apresentados nesta seção são oriundos dos suplementos da PNAD de 1998 e 2003, que foram especificamente voltados ao tema Saúde. Cabe destacar que para algumas das informações não se dispõe de dados comparativos no tempo, uma vez que determinadas perguntas somente foram coletadas na PNAD de 2003.

Gráfico 12 – Cobertura de planos de saúde, por cor/raça e faixa de rendimento – Brasil, 2003

Fonte: PNAD 2003 – Suplemento Saúde

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

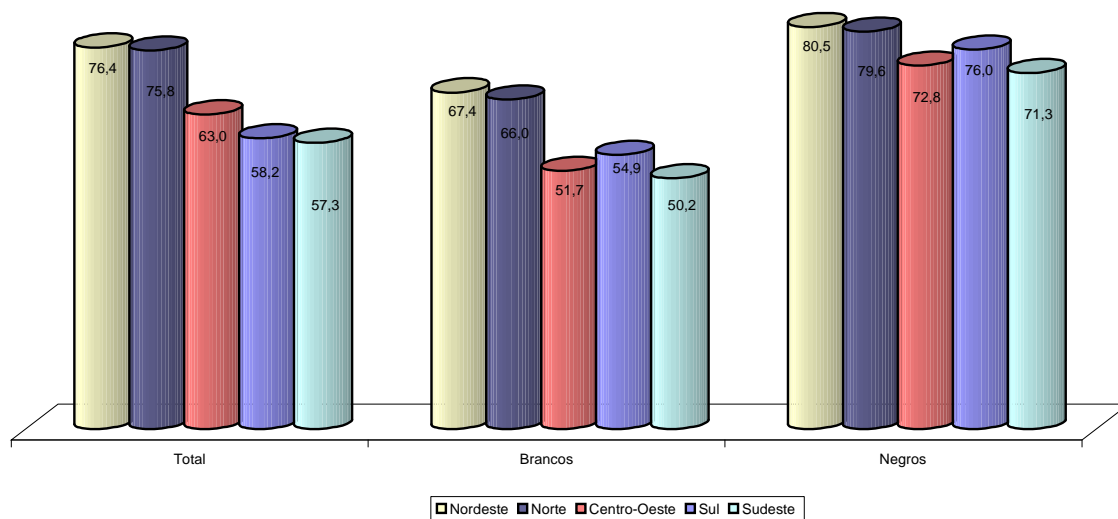
No entanto, cabe ressaltar que “a cobertura proporcionalmente maior de brancos pelos planos de saúde não significa que estes são mais bem atendidos do que a maior parte da população negra que procura o SUS. Há, certamente, uma maior rapidez no atendimento na rede privada de saúde, o que não necessariamente significa um serviço de melhor qualidade do que aquele prestado no sistema público de saúde”¹³.

A relação entre renda e atendimento na rede pública de saúde também pode ser evidenciada na análise regional. Com efeito, entre as regiões mais pobres do país a proporção de atendimentos cobertos pelo SUS é bastante superior àquela verificada nas regiões de renda mais alta. Como mostra o Gráfico 13, enquanto no Norte e no Nordeste essa taxa era de, respectivamente, 75,8% e 76,4%, nas regiões Sul e Sudeste os valores caem para 58,2% e 57,3% da população atendida no sistema público.

Se inserirmos o recorte racial na análise, nota-se que a diferença na proporção de atendimentos na rede pública de saúde entre brancos e negros era de quase 22 pontos percentuais no dado que se refere ao Brasil. Essa diferença se mantém semelhante nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mas quando se observam as regiões Norte e Nordeste, tem-se que essa diferença cai para apenas 13 pontos, o que mostra a maior homogeneidade das condições de vida de populações que habitam regiões mais pobres.

¹³ *Políticas Sociais. Acompanhamento e análise*, n. 12. Brasília: Ipea, 2006, no prelo.

Gráfico 13 – Proporção de atendimentos cobertos pelo SUS, segundo grande região e cor/raça – Brasil, 2003



Fonte: PNAD 2003 – Suplemento Saúde

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

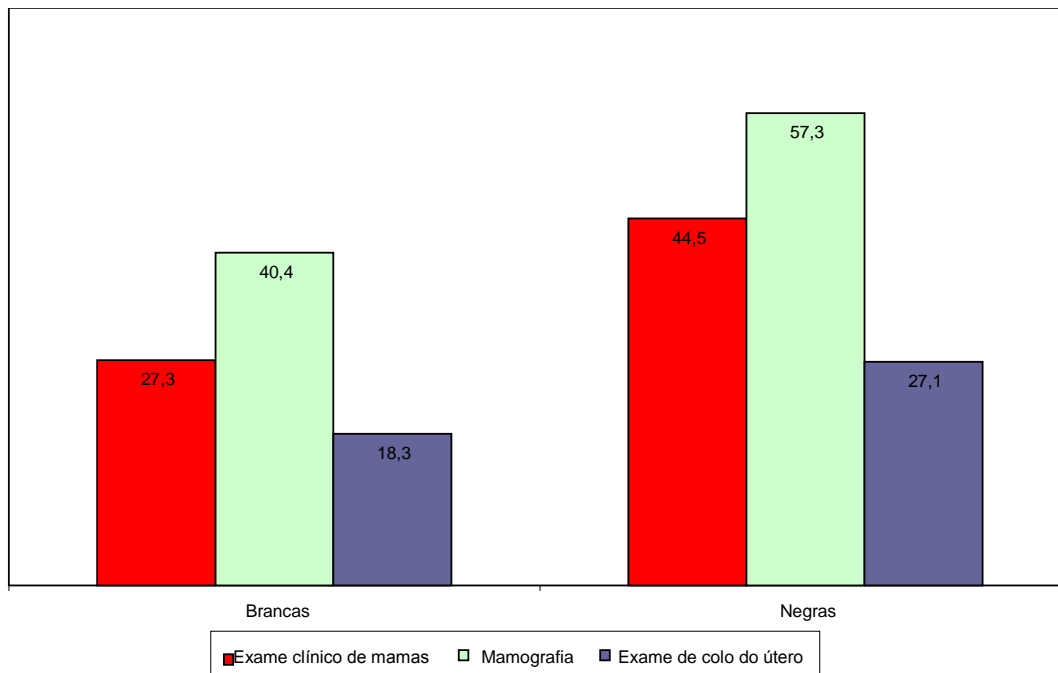
Se o acesso aos serviços básicos de saúde é garantido à quase totalidade da população (segundo a PNAD 2003, 98% das pessoas que procuram os serviços básicos são atendidas), no caso de alguns exames mais específicos, a proporção de brancos atendidos é significativamente maior do que a de negros. Para ilustrar esta situação foram analisadas algumas informações coletadas de maneira inédita pela PNAD 2003 e que se referem aos seguintes exames: exame clínico de mamas, mamografia e exame de colo do útero (papanicolau), todos eles considerados cruciais para a prevenção e diagnóstico precoce dos tipos de câncer que mais acometem a população feminina.

Por este motivo, os órgãos e profissionais de saúde recomendam que as mulheres com 40 anos ou mais de idade realizem o exame clínico de mamas uma vez ao ano. Os dados da PNAD revelam, contudo, que esta ainda não é uma realidade para as brasileiras, e menos ainda para as mulheres negras. Somente 66% das brasileiras com 40 anos ou mais haviam realizado o exame alguma vez na vida, sendo que 43% tinham-no realizado há mais de 3 anos. As desigualdades regionais aparecem, mais uma vez, como um fator importante na determinação das distintas condições de vulnerabilidade e morbimortalidade da população brasileira. Enquanto apenas 24,6% das mulheres do Sudeste nunca haviam realizado mamografia, no Nordeste e no Norte essa proporção é mais de duas vezes superior: cerca de 53% da população feminina com idade igual ou superior a 40 anos. Entre as habitantes do meio rural essa taxa alcança 63,4%, o que indica as maiores dificuldades das moradoras de áreas rurais em terem acesso aos exames preventivos, seja pela falta de informação, seja pela ausência de equipamentos de saúde nas proximidades da região.

As desigualdades de acesso aos exames também são significativas se levamos em conta o aspecto racial. Assim, entre as mulheres negras, 44,5% jamais haviam realizado o exame

clínico de mamas, contra 27% das brancas. O mesmo pode ser observado para a mamografia – 60% das mulheres brancas e 43% das negras já realizaram o exame ao menos uma vez – e para o exame de colo do útero, sendo que, neste caso, a diferença entre brancas e negras diminui – cobertura de 82% das mulheres negras e 73% das brancas – e a cobertura do exame para o total da população mostra-se mais ampla.

Gráfico 14 – Proporção de mulheres com 40 anos ou mais de idade que nunca realizaram exame clínico de mamas, mamografia e exame de colo do útero por cor/raça – Brasil, 2003



Fonte: PNAD 2003 – Suplemento Saúde

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Inúmeros fatores podem ser levantados para explicar as desigualdades raciais no acesso a esses exames, antes que se conclua pela existência de discriminação no sistema público de saúde. Pode-se argumentar pela escolaridade mais baixa das mulheres negras, pelos menores rendimentos, pelos diferenciais de idade. No entanto, estudo do Ipea mostra que, mesmo quando fatores como escolaridade, renda, idade e região geográfica são isolados de modo a não terem influência nas desigualdades observadas, continua existindo um diferencial significativo na proporção de mulheres brancas e negras que tiveram acesso a esses exames. “Se esta diferença já não pode ser atribuída a escolaridade, renda, idade ou região, há, aqui, um indicativo da existência de discriminação contra as negras dentro do sistema de saúde”¹⁴.

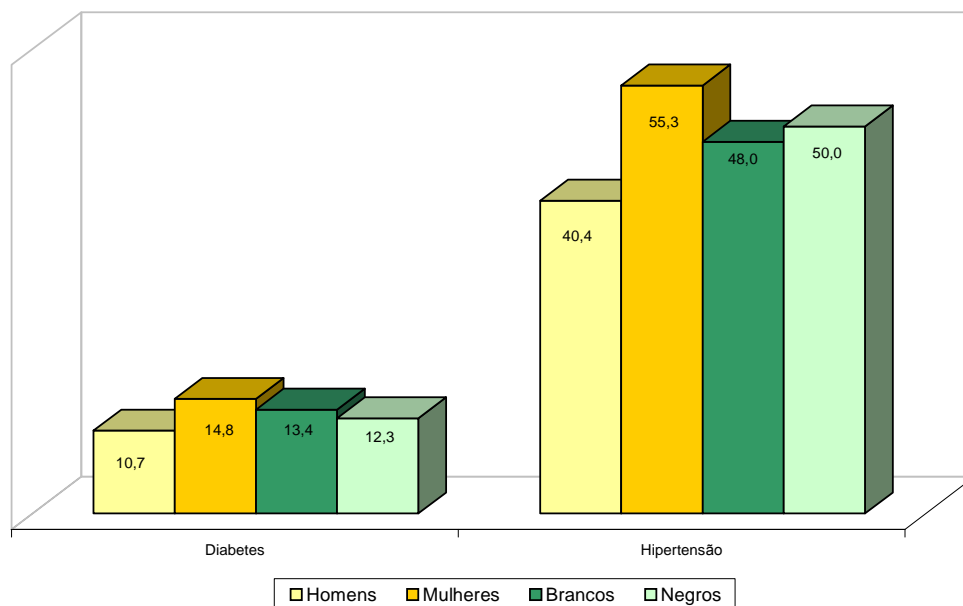
Já no que se refere à incidência diferenciada de algumas doenças segundo o sexo ou a cor/raça dos indivíduos, é interessante notar que os dados de prevalência de diabetes e de hipertensão mostram que as mulheres são as mais atingidas por essas enfermidades crônicas. Entre a população masculina com 60 anos ou mais, 10,7% apresentavam diabetes em 2003, comparados a 14,8% da população feminina na mesma faixa etária. No caso da hipertensão,

¹⁴ Políticas Sociais. Acompanhamento e análise, n. 12. Brasília: Ipea, 2006, no prelo.

este valor chega a 55%, 15 pontos percentuais a mais que entre os homens na mesma idade (ver Gráfico 15). As proporções entre as mulheres são superiores às dos homens em todas as faixas de idade, mas estas são doenças mais frequentes entre adultos e idosos, especialmente a partir dos 45 anos.

Já na comparação racial, percebe-se que a maior prevalência de diabetes se dá na população de cor branca, ainda que os diferenciais não sejam tão expressivos: 12,3% dos negros, em 2003, contra 13,4% dos brancos com idade igual ou superior a 60 anos. De maneira inversa, a incidência de hipertensão é maior entre os negros, mas a diferença também é pequena: são 48% dos brancos de 60 anos ou mais contra 50% dos negros de mesma idade.

Gráfico 15 – Prevalência de diabetes e hipertensão na população de 60 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 2003



Fonte: PNAD 2003 – Suplemento Saúde
Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Por fim, a PNAD traz ainda informações acerca da proporção de pessoas que consultaram dentista e a data da última consulta realizada. Os dados evidenciam, mais uma vez, as desigualdades raciais e regionais. No Nordeste, em 2003, ¼ da população respondeu nunca ter ido ao dentista. A média nacional foi de 16%, enquanto os valores para a população do Sul e do Sudeste não atingiram 12% (10,4% e 11,4%, respectivamente). Na comparação racial, enquanto 12% da população branca declarou nunca ter consultado dentista, entre os negros esse percentual sobe para 20%.

Os cuidados com a saúde bucal mostram-se altamente relacionados com a renda da família – à medida que avançamos para as rendas superiores, caem as proporções de pessoas que nunca foram ao dentista, sendo que esta é de somente 3% entre as pessoas com rendimento de três ou mais salários mínimos. É possível concluir, portanto, que a população pobre e extremamente pobre – e aqueles grupos sobre-representados na pobreza, como os

negros – tem um acesso mais restrito aos serviços odontológicos sejam eles ofertados na rede pública ou privada de saúde.

2. Previdência Social

O sistema previdenciário brasileiro estruturou-se, desde a Constituição Federal de 1988, segundo os princípios da Seguridade Social, que se caracteriza por ser um sistema de “proteção social que a sociedade proporciona a seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que, de outra maneira, provocariam desaparecimento ou forte redução dos seus rendimentos em consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice e morte, bem como de assistência médica e de apoio à família com filhos”¹⁵.

A previdência social é parte desse conceito mais amplo, que abarca também o sistema de assistência social gratuito e dirigido à população em situação de pobreza e o Sistema Único de Saúde, do qual já se tratou no item anterior. Dentre os benefícios concedidos pela previdência, encontram-se aqueles voltados à proteção da população em situação de incapacidade para o trabalho, em virtude da idade avançada (aposentadoria por idade ou tempo de serviço), em caso de doença (auxílio doença previdenciário e acidentário) ou maternidade (salário maternidade). Presta assistência, também, a sobreviventes (pensão por morte), a acidentados (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílios acidente e auxílio suplementar), e à família (salário família).

Considerando-se que a previdência social, no âmbito do sistema de seguridade, tem como eixo central garantir a proteção social da população brasileira em situação de vulnerabilidade, é importante analisar a cobertura populacional que os benefícios, hoje oferecidos por este sistema, são capazes de proporcionar. Assim, no que diz respeito à população idosa (60 anos ou mais), chama a atenção o alto nível de cobertura, garantido pelos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão e pelo benefício assistencial de prestação continuada (BPC) na modalidade idoso. Com efeito, em 2004, 77,3% dos idosos brasileiros estavam recebendo algum tipo de benefício pecuniário oriundo da previdência ou da assistência social. Esta proporção vem crescendo, ainda que lentamente, desde 1993, quando a taxa de cobertura dos idosos era de 73,7%.

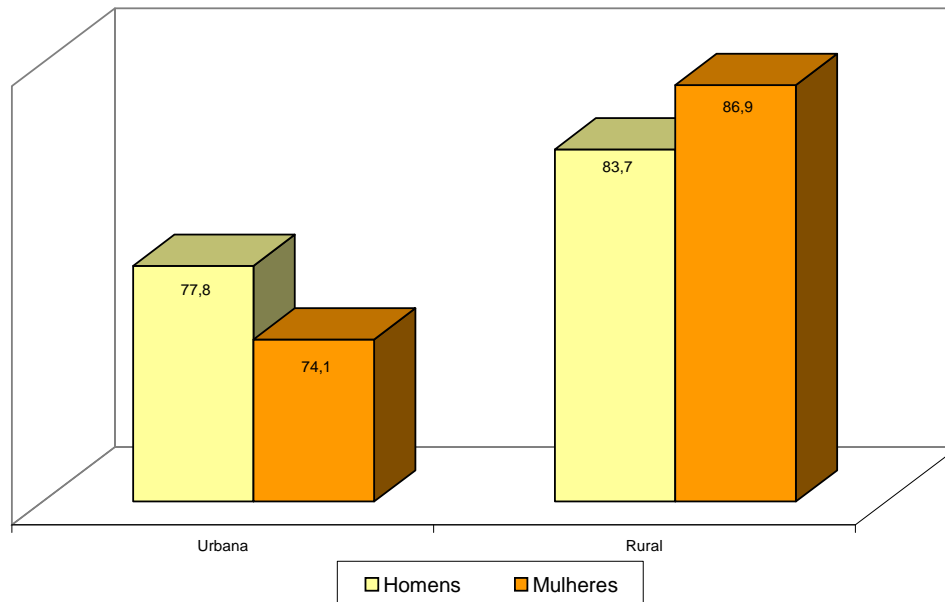
Este alto nível de cobertura faz com que sejam poucas as diferenças observadas entre os diversos grupos populacionais. Entre homens e mulheres a diferença é de apenas 3 pontos percentuais (79% de cobertura da população masculina contra 76% da feminina) e entre negros e brancos a distância é ainda menor, de apenas 1,6 ponto (78,1% para brancos e 76,5% para negros).

Cabe destacar, especialmente, os diferenciais de cobertura observados entre as áreas urbana e rural e o crescimento mais acelerado da população rural coberta. Assim, em 1993, 72,6% dos idosos urbanos e 76,8% dos rurais estavam em situação de proteção social. Em 2004, a distância se amplia, com níveis de cobertura de 75,7% e 85,2%, respectivamente. O nível mais alto de cobertura no meio rural pode ser atribuído, largamente, à instituição da Previdência Rural, que, desde 1988, beneficia os trabalhadores e trabalhadoras rurais em

¹⁵ Convenção n.152 de 1952, da Organização Internacional do Trabalho.

regime de economia familiar, tanto por meio de aposentadoria quanto por meio de pensão, de maneira não-contributiva¹⁶.

Gráfico 16 – Cobertura da população idosa que recebe benefícios previdenciários ou assistenciais* – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

Obs.: É considerada como população idosa aquela com idade igual ou superior a 60 anos.

Nota: * Refere-se aos benefícios de aposentadoria, pensão e Benefício de Prestação Continuada (BPC) modalidade idoso.

Além da cobertura da população idosa, é importante analisar os níveis de proteção social experimentados pela população em idade ativa (PIA), o que tem um estreito vínculo com as suas condições de inserção no mercado de trabalho. Para tanto, pode-se investigar os dados sobre a cobertura direta e indireta da PIA, que abarcam os contribuintes diretos (com pelo menos uma contribuição efetuada nos 12 meses que antecederam a entrevista) e seus cônjuges, os segurados da previdência rural e seus cônjuges, os segurados do sistema de previdência do funcionalismo público e militares e seus cônjuges, e os dependentes de até 18 anos (e dependentes de até 21 anos que estejam estudando). Assim, consideram-se cobertos não só aqueles indivíduos que contribuem para a previdência (exceção feita ao caso da aposentadoria rural não contributiva) e que, portanto, terão direito ao benefício de aposentadoria, como também sua família, filhos e cônjuges que desfrutarão igualmente do benefício ou de pensão por morte em caso de falecimento do segurado.

De fato, ao contrário do caso anterior, aqui as desigualdades raciais e de gênero se expressam de maneira bem mais evidente, o que reflete a própria desigualdade verificada no mercado de trabalho entre homens e mulheres e entre brancos e negros. Enquanto 60,5% dos homens estavam, em 2004, cobertos pela previdência social, apenas 49,5% das mulheres encontravam-se na mesma situação. Ressalte-se que esse percentual de cobertura das mulheres

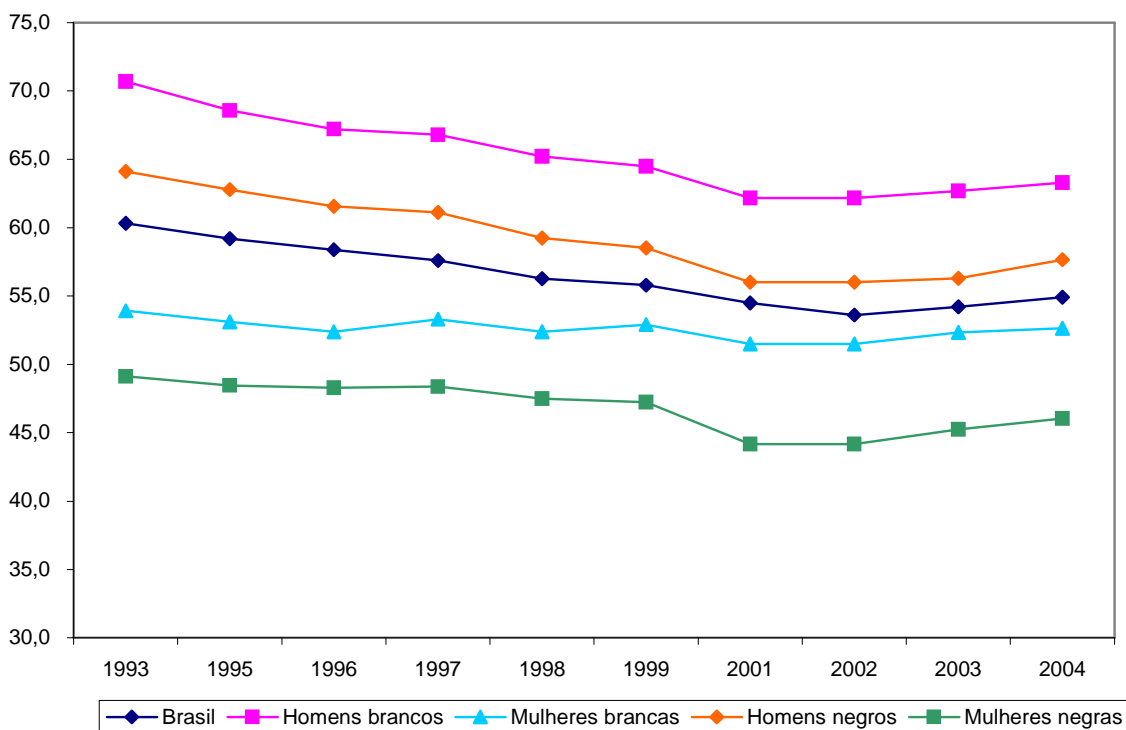
¹⁶ Havendo produção comercializada, o segurado rural contribui com 2,2% do valor total da comercialização.

só não é mais baixo porque aqui estão incluídas todas as mulheres cônjuges de segurados, mesmo aquelas que não estão inseridas no mercado de trabalho. Da mesma forma, entre os brancos a taxa de cobertura era de 57,8% contra 51,9% da população negra.

Dois fatos merecem ser destacados. O primeiro deles é o que aponta para a queda, ao longo do período 1993-2004 da proporção de pessoas cobertas pela previdência pública básica e a conseqüente elevação na desproteção social de parcelas significativas da sociedade. No período analisado, a população coberta passou de 60,3%, em 1993, para 54,9%, em 2004, uma redução de mais de 5 pontos percentuais, o que é resultado do processo de deterioração experimentado pelo mercado de trabalho na década de 1990, com aumento nos níveis de desemprego e informalidade e queda nos rendimentos médios.

O segundo ponto interessante é a verificação de que essa queda não se dá de maneira homogênea para todos os grupos da sociedade. Com efeito, ela é mais intensa para homens – sejam eles brancos ou negros – do que para mulheres. Como mostra o gráfico 17 abaixo, as mulheres brancas praticamente não alteram seu nível de cobertura entre 1993 e 2004, enquanto para os homens brancos essa queda é bastante mais intensa.

Gráfico 17 – Cobertura direta e indireta da previdência pública básica na população em idade ativa – Brasil, 1993-2004



Fonte: PNAD 1993 a 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Finalmente, destaque-se o baixíssimo nível de acesso da população brasileira à previdência complementar privada: apenas 4,7% das pessoas ocupadas nas zonas urbanas com idade entre 25 e 65 anos. Este sistema previdenciário não é obrigatório e tem por objetivo conceder benefícios complementares àqueles concedidos aos segurados da previdência pública básica. Neste caso, o público-alvo é uma minoria da população – aquela que concentra os

maiores rendimentos – uma vez que a maioria dos trabalhadores tem direito aos benefícios da previdência pública básica.

As informações de contribuição para previdência privada evidenciam, mais uma vez, as desigualdades raciais e de gênero, esta em menor proporção. Os homens contribuem mais para a previdência privada do que as mulheres, mas as diferenças são pouco significativas. Já no caso da comparação racial, os diferenciais são consideravelmente maiores. Na realidade, a proporção de brancos contribuindo para a previdência privada tende a ser mais que o dobro da de negros: 5,3% contra 2,4%, em 2004.

Como não poderia deixar de ser, a contribuição para a previdência privada é maior quanto maior a renda, mas em todas as faixas de rendimento analisadas, os negros contribuem menos que os brancos, o que mais uma vez sugere que o fator renda não explica os diferenciais raciais integralmente.

Mercado de trabalho

Os dados analisados sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho apontam para uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção neste espaço do que mulheres e negros. Destaque-se, ainda, que são as mulheres negras que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça. Esta interseccionalidade contribui para criar um ordenamento social que coloca no topo os homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, os homens negros e, por fim, as mulheres negras. Dentre todos, são elas que vivenciam as piores condições de trabalho, que recebem os menores rendimentos, que mais sofrem com o desemprego e as relações informais de trabalho (e sua conseqüente ausência de proteção social tanto presente quanto futura – aposentadoria) e que ocupam as posições de menor prestígio na hierarquia profissional.

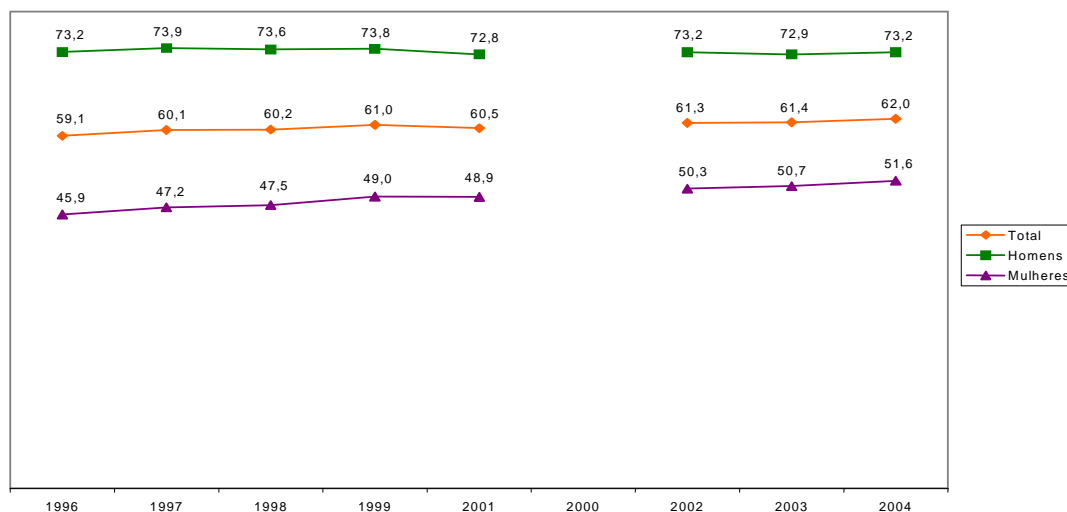
As diferenças entre mulheres e homens e brancos e negros podem ser observadas logo no momento de entrada no mercado de trabalho. No que se refere às diferenças de gênero, os dados apontam para uma participação bastante inferior, proporcionalmente, das mulheres no mercado de trabalho em comparação aos homens. Com efeito, no ano de 2004, enquanto quase 52% das mulheres de 10 anos ou mais de idade encontravam-se em atividade, ou seja, empregadas ou à procura de emprego, esse percentual sobe para pouco mais de 73% quando analisamos o grupo masculino. Tais desigualdades resultam, principalmente, da ainda persistente divisão sexual dos trabalhos que atribui às mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelo cuidado da família; da falta de equipamentos públicos – como creches e pré-escolas – que possam liberar as mulheres de renda mais baixa para o trabalho remunerado; e da não consideração, entre a população economicamente ativa, das mulheres donas de casa, que contribuem de maneira significativa para a economia brasileira.

Essa realidade é conseqüência de uma ordem de gênero, que inclui todas as dimensões da vida social, e que delega às mulheres as tarefas relacionadas à esfera privada, ao mesmo tempo em que aos homens cabem as atividades localizadas no mundo público. Essa ordem social constrói, também, uma escala valorativa na qual se atribui à esfera privada um valor social inferior ao conferido ao espaço público e na qual não há espaço para o reconhecimento do valor econômico das atividades executadas no âmbito doméstico. Isso faz com que grande parcela das mulheres – especialmente aquelas de mais baixos rendimentos – sofram não apenas com uma limitação de tempo e de recursos para investir na própria formação e no trabalho remunerado, mas também com a subvalorização da sua posição no mercado de trabalho e na sociedade.

Cabe destacar, ainda, conforme aponta o Gráfico 18, que a participação feminina no mercado de trabalho, a despeito de todas as dificuldades já apontadas, vem crescendo de maneira contínua desde a década de 1970. Entre os fatores explicativos para este fenômeno podem ser mencionados: a progressiva industrialização e urbanização do país nos anos 70, que possibilitou um crescimento econômico favorável à incorporação de novos trabalhadores, inclusive mulheres; as transformações, embora lentas, dos valores relativos aos papéis sociais de cada sexo, que foi determinada tanto pela atuação do movimento feminista quanto pela maior participação da mulher no mundo público; a redução da fecundidade; e o aumento no nível de escolaridade da população feminina¹⁷.

¹⁷ BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília: Ipea, 2004.

Gráfico 18 – Taxa de atividade segundo por sexo – Brasil, 1996-2004



Fonte: PNAD 1996 a 2004

No exame das diferenças etárias e raciais, constata-se que também existem diferenças em relação ao momento de entrada e de saída de indivíduos pertencentes a grupos raciais distintos. De acordo com os dados analisados, são os negros os que permanecem por mais tempo no mercado de trabalho; começam a trabalhar mais cedo e encerram o período produtivo mais tarde (ver Gráfico 19). A entrada precoce de crianças e jovens negros no mundo do trabalho devido à necessidade de contribuir para a renda familiar leva, não só a uma taxa de abandono escolar mais elevada, mas compromete, também, o rendimento desses alunos na escola, o que os coloca em situação de desvantagem perante seus colegas brancos não só no sistema educacional, mas especialmente no mercado de trabalho.

Esta entrada precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho e o conseqüente abandono dos estudos são, porém, proibidos pelo arcabouço jurídico brasileiro. Segundo a Constituição Federal de 1988, é proibido o exercício de “trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”¹⁸. Ainda que permitido, a partir dos 16 anos o trabalho em condições adequadas muitas vezes dificulta ou mesmo impede a presença e o bom rendimento dos jovens na escola. A realidade brasileira, porém, nos mostra que ainda são altos os percentuais de jovens que se dedicam ao trabalho e que, muitas vezes, não conseguem conciliá-lo com a freqüência escolar.

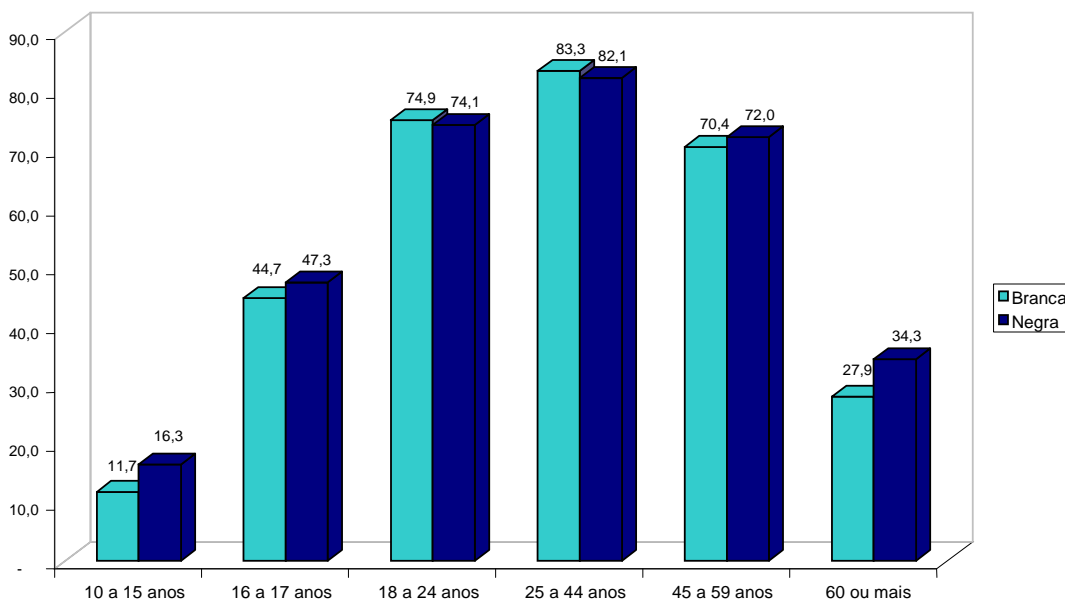
Se considerarmos a média brasileira, nota-se que, em 2004, havia 12,3% de crianças de 10 a 15 anos ocupadas no mercado de trabalho e 35,1% de jovens de 16 e 17 anos na mesma situação. Desde 1996 houve uma melhora importante nestes valores, havendo uma redução significativa no total de crianças e jovens de 10 a 17 anos que exerciam atividades no mercado de trabalho. Os valores atuais, no entanto, ainda são bastante altos.

A saída tardia do mercado de trabalho acaba sendo, em parte, conseqüência da própria entrada precoce da população negra neste espaço. De fato, os níveis mais baixos de

¹⁸ CF/88, Art. 7º, XXXIII.

escolaridade desse grupo acabam levando a uma inserção na esfera laboral em condições mais precárias do que aquelas observadas para a população branca, o que faz com que negros tenham maior tendência a estarem sujeitos a relações informais de trabalho e, portanto, a terem salários mais reduzidos e menores taxas de contribuição para a previdência. Portanto, devem permanecer mais tempo trabalhando na velhice, de forma a complementar o baixo valor de seus rendimentos de aposentadoria ou mesmo para compensar a sua inexistência.

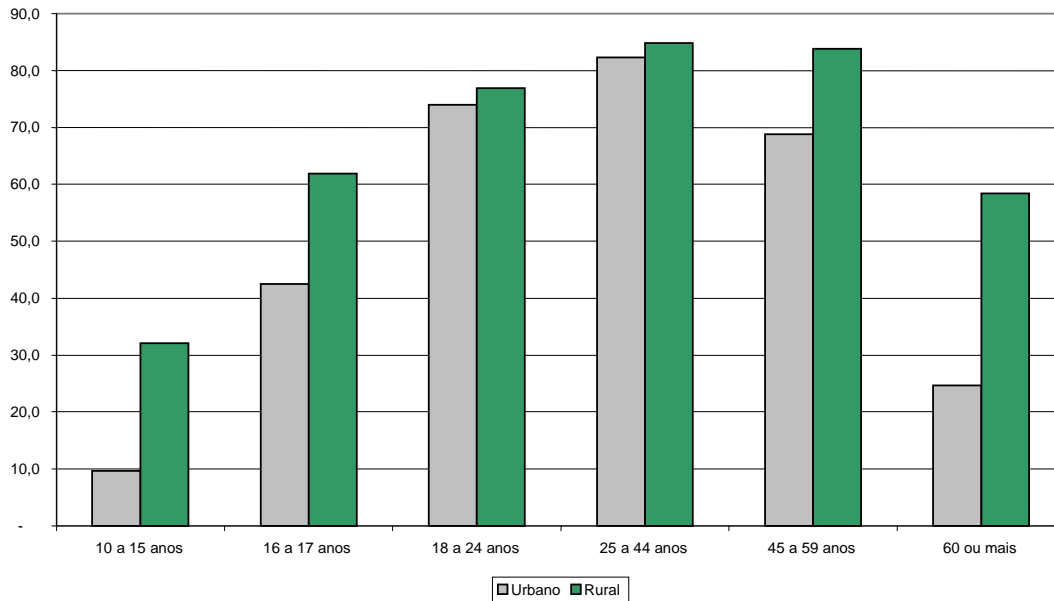
Gráfico 19 – Taxa de atividade segundo cor/raça e faixa etária – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

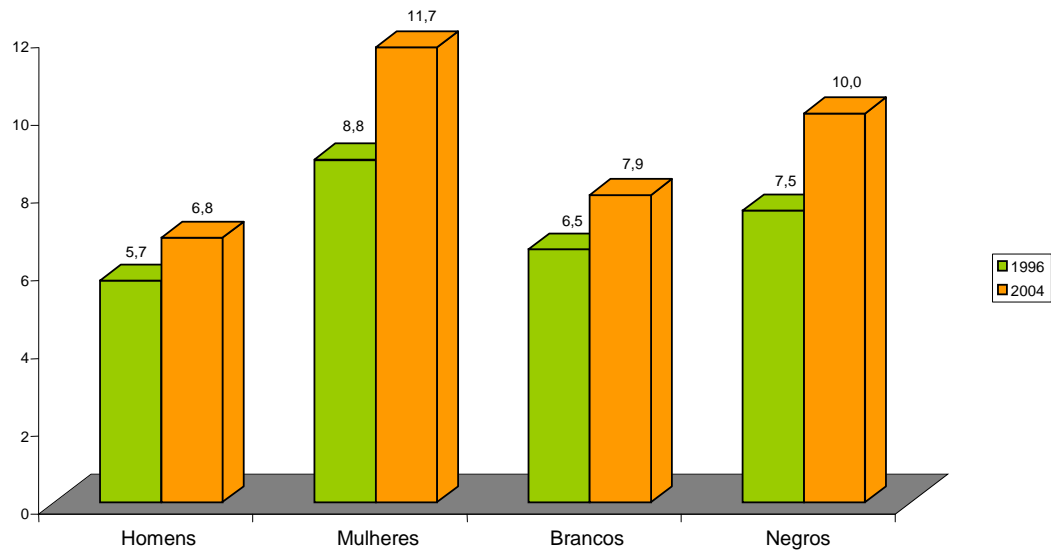
Merece destaque, ainda, o diferencial na taxa de participação de crianças e adolescentes nos meios urbano e rural. Entre a população urbana de 10 a 15 anos, menos de 10% estava empregada ou procurando emprego, em 2004. Já na área rural essa proporção é mais de três vezes superior: 32,1% da população da mesma faixa etária encontrava-se em situação de atividade. Da mesma forma, entre os jovens de 16 a 17 anos a diferença permanece significativa, com taxas de atividade de, respectivamente, 42,5% e 62%. Para os grupos etários mais avançados (a partir de 45 anos) há, também, uma participação muito maior, proporcionalmente, da população rural do que da urbana, o que mostra que, assim como acontece para a população negra, os moradores de áreas rurais sofrem com a entrada precoce no mercado de trabalho e a saída tardia.

Gráfico 20 – Taxa de participação segundo faixa etária e localização do domicílio – Brasil, 2004

Fonte: PNAD 2004

Por outro lado, é interessante perceber que a decisão de entrar no mercado de trabalho não é concretizada de forma igualitária para os diferentes grupos populacionais. Mulheres e negros encontram mais dificuldades para ocupar postos de trabalho, sejam eles formais ou informais. O Gráfico 21 aponta para uma maior probabilidade de esses grupos encontrarem-se na situação de desemprego. Enquanto 6,8% dos homens e 7,9% dos brancos encontravam-se desempregados em 2004, no caso das mulheres e dos negros as taxas de desemprego alcançaram valores bem mais altos, 11,7% e 10%, respectivamente. Entre 1996 e 2004, houve crescimento generalizado na taxa de desemprego no país, independentemente do sexo e da cor/raça dos indivíduos. No entanto, esse aumento foi mais expressivo para as mulheres e para os negros, cujas taxas de desemprego se ampliaram em, respectivamente, 2,9 e 2,5 pontos percentuais, enquanto que para os demais grupos esse crescimento não atingiu 1,5 ponto.

Gráfico 21 – Taxa de desemprego segundo cor/raça e sexo – Brasil, 1996 e 2004

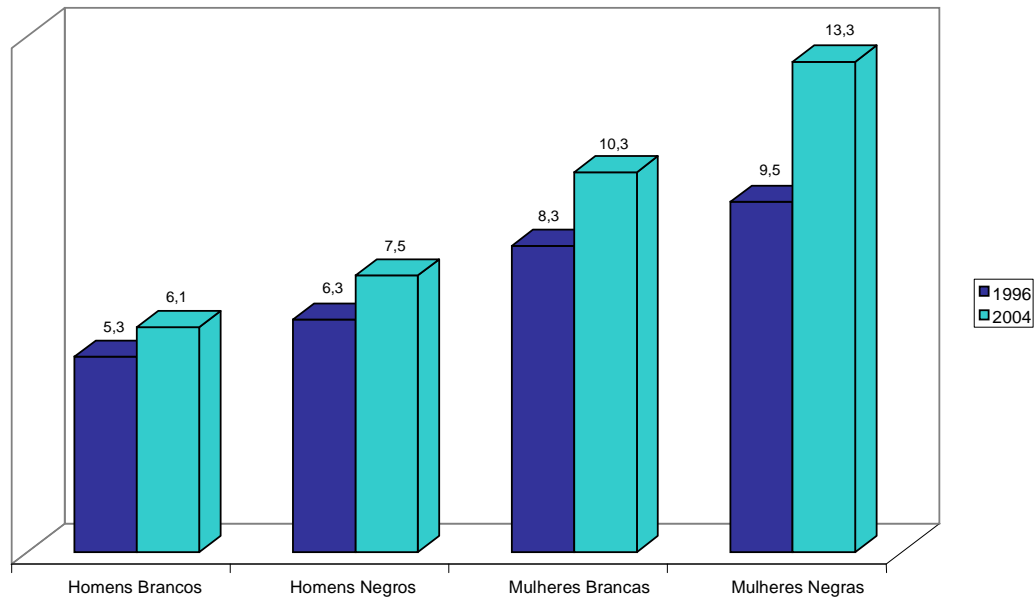


Fonte: PNAD 1996 e 2004

Obs.: A população negra é composta de pardos e pretos.

Os dados revelam que são as mulheres negras as que encontram maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Em 2004, 13,3% das mulheres negras estavam desempregadas, ao passo que, entre os homens brancos – grupo em melhores condições laborais –, esta parcela era significativamente menor: apenas 6,1% (ver Gráfico 22). Tanto em 1996 como em 2004 as taxas de desemprego por sexo e cor apresentam uma mesma hierarquia. Os homens brancos possuem as menores taxas, seguidos por homens negros, mulheres brancas e, por fim, as mulheres negras. Esta é uma forte manifestação da dupla discriminação a que o grupo de mulheres negras está submetido, pois, se de um lado, as mulheres negras são excluídas dos melhores empregos simplesmente por serem mulheres, de outro elas também são excluídas de muitos empregos considerados femininos, como o atendimento ao público, por serem negras. A presença da discriminação racial é reforçada pelas discriminações fundadas em gênero, aprofundando desigualdades e colocando as mulheres negras na pior situação quando comparadas aos demais grupos populacionais.

Gráfico 22 – Taxa de desemprego segundo sexo e cor/raça – Brasil, 1996 e 2004



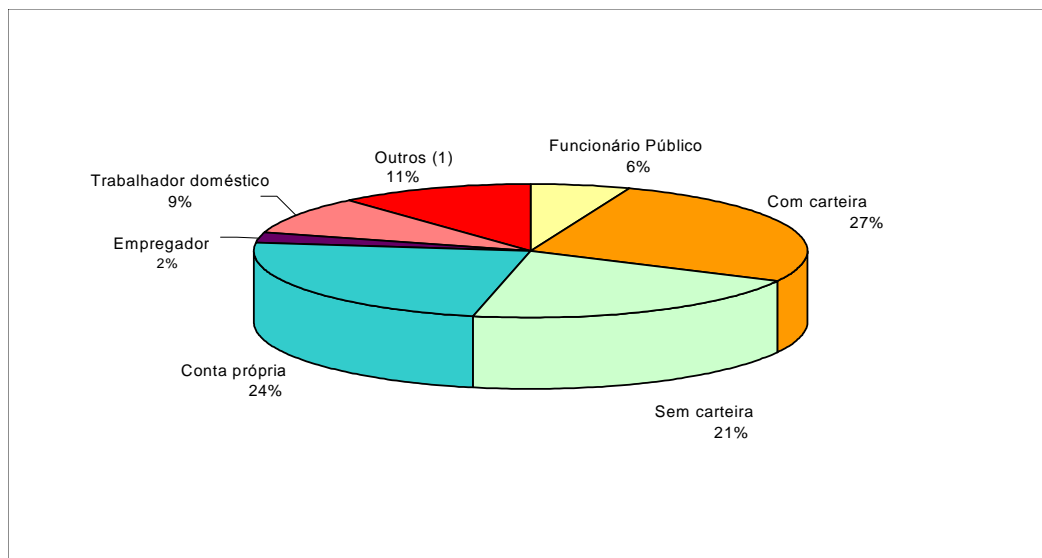
Fonte: PNAD 1996 e 2004

Obs.: A população negra é composta de pardos e pretos.

Após vencerem as barreiras de entrada no mercado de trabalho, resta à população ocupada enfrentar a segmentação ocupacional que produz “lugares” de homens, de mulheres, de negros e de brancos. A distribuição ocupacional desses grupos é muito diferenciada no caso brasileiro e pouco tem se alterado ao longo dos anos, o que indica a persistência e a reprodução de uma acentuada segmentação de gênero e raça.

Neste processo, os lugares ocupados por mulheres e negros tendem a ser mais precários do que aqueles ocupados por homens e brancos, com menor – ou nenhum – nível de proteção social. Ao observarmos os Gráficos 23 e 24, é possível notar as diferenças raciais no que se refere à qualidade dos postos de trabalho ocupados por negros e por brancos, bem como os efeitos desse processo de segmentação. Com efeito, enquanto 35% dos brancos estão em ocupações com carteira assinada, entre os negros este percentual cai para 27%. De forma semelhante, 6% dos brancos ocupam a posição de empregadores e, entre os negros, apenas 2%. Sob outra ótica também é possível retratar a desigualdade existente ao constatar que 21% dos negros estão concentrados em atividades sem carteira assinada e 16% dos brancos encontram-se na mesma posição. O que torna os dados ainda mais reveladores é a percepção de que esta distribuição praticamente não se alterou ao longo dos 9 anos aqui analisados. A condição de informalidade e precariedade nas relações de trabalho dos negros torna-se uma característica quase que estrutural do mercado de trabalho brasileiro.

Gráfico 23 – Distribuição dos negros ocupados, segundo posição na ocupação – Brasil, 2004

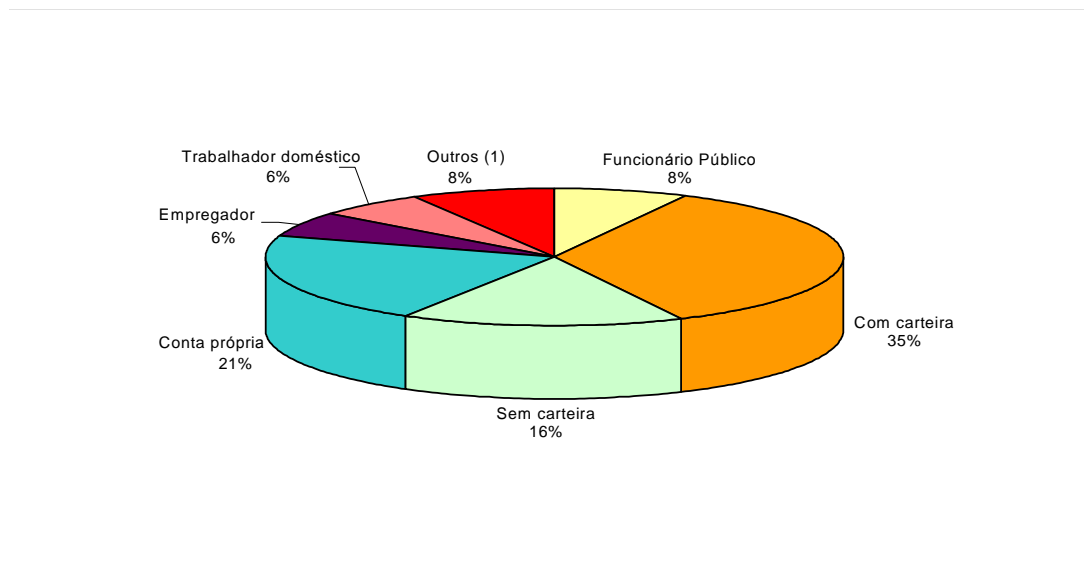


Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pardos e pretos.

Nota: (1) Outros: trabalhador na produção para o próprio consumo, trabalhador na construção para o próprio uso, militar e não remunerado.

Gráfico 24 – Distribuição dos brancos ocupados, segundo posição na ocupação – Brasil, 2004



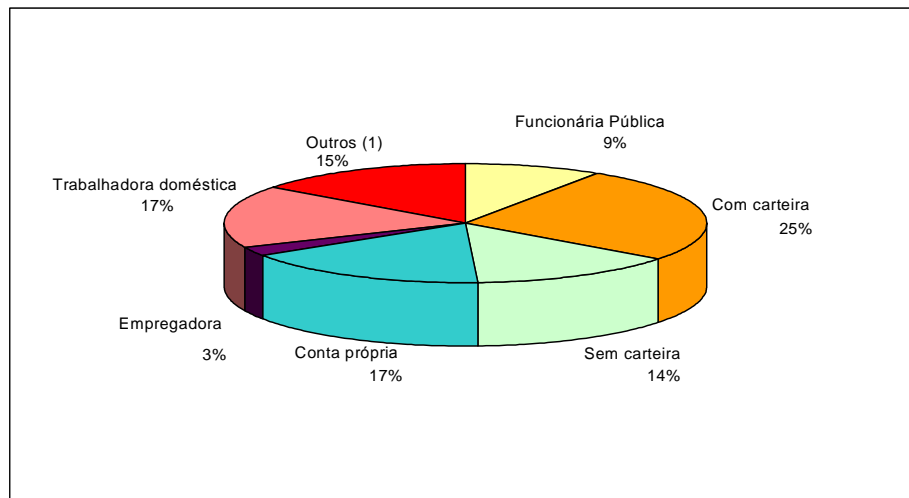
Fonte: PNAD 2004

Nota: (1) Outros: trabalhador na produção para o próprio consumo, trabalhador na construção para o próprio uso, militar e não remunerado.

Diferentemente do caso da segmentação racial, cujas raízes encontram-se, além da discriminação, nos diferenciais de escolaridade entre negros e brancos, a segmentação por gênero está mais relacionada a construções culturais e sociais que atribuem lugares e valores diferenciados (e hierarquicamente definidos) ao trabalho realizado por mulheres e homens e

menos ligada a atributos técnicos ou de escolarização, uma vez que as mulheres apresentam melhores indicadores educacionais, conforme já apresentado anteriormente. Assim, as mulheres encontram-se mais concentradas, proporcionalmente, em trabalhos informais e precários do que os homens. Das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais, 17% são trabalhadoras domésticas, e, dentre estas, a grande maioria são mulheres negras que, em geral, não desfrutam de qualquer direito trabalhista, pois não trabalham com carteira assinada e não recolhem FGTS. Por outro lado, enquanto apenas 3% são empregadoras e 25% têm carteira assinada, entre os homens essas proporções sobem para 5% e 35%, respectivamente. Por fim, destaca-se a maior presença proporcional de mulheres na ocupação de funcionárias públicas, o que se deve, sobretudo, à forma de acesso por concursos públicos, que garante condições mais igualitárias (ver Gráficos 25 e 26).

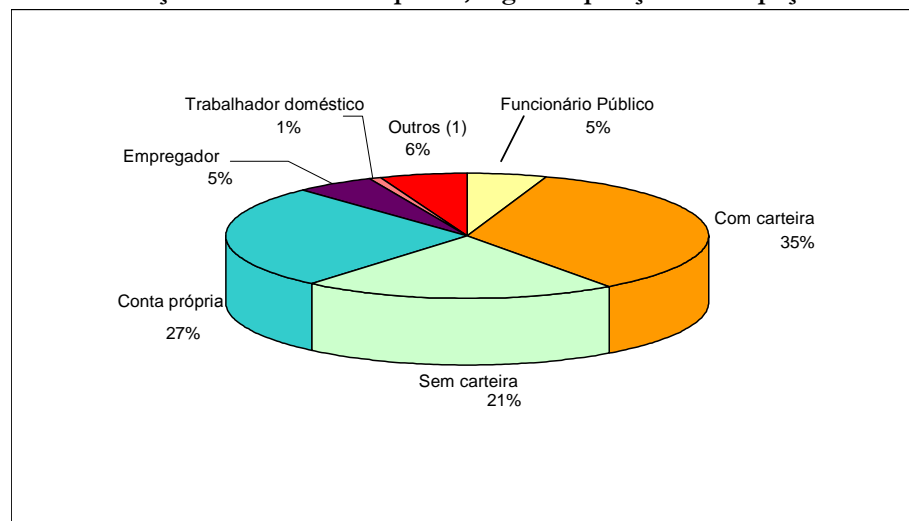
Gráfico 25 – Distribuição das mulheres ocupadas, segundo posição na ocupação – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

Nota: (1) Outros: trabalhadora na produção para o próprio consumo, trabalhadora na construção para o próprio uso, militar e não remunerada.

Gráfico 26 – Distribuição dos homens ocupados, segundo posição na ocupação – Brasil, 2004

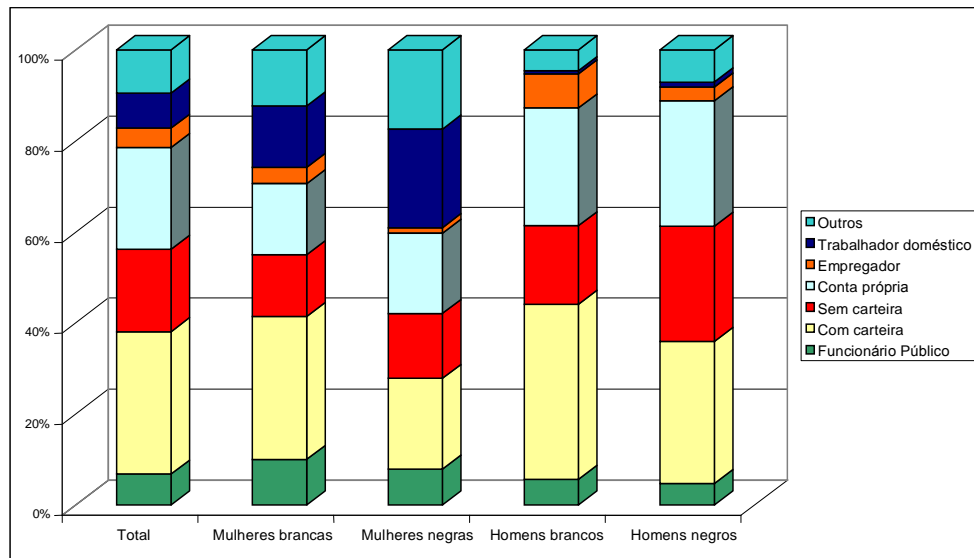


Fonte: PNAD 2004

Nota: (1) Outros: trabalhador na produção para o próprio consumo, trabalhador na construção para o próprio uso, militar e não remunerado.

O Gráfico 27 permite visualizar os efeitos da discriminação composta, ou dupla discriminação. Nesses casos, as mulheres negras enfrentam discriminação tanto em relação aos tradicionais empregos femininos, considerados não apropriados para elas e “reservados”, portanto, às mulheres brancas, quanto em relação ao trabalho designado para os homens, que, por outro lado, é considerado inapropriado para as mulheres em geral. Assim, as mulheres pretas ou pardas acabam se concentrando em ocupações mais precárias e em trabalhos mais informais. Destaque-se a elevada concentração destas no emprego doméstico (22%) e na categoria aqui denominada de “outros”, que engloba aquelas mulheres ocupadas na produção para auto-consumo, na construção para o próprio uso e as trabalhadoras não remuneradas¹⁹. Por outro lado, os homens brancos aparecem, proporcionalmente mais, ocupando posições de empregadores (7,5% contra 1,3% das mulheres negras) e de empregados com carteira assinada (38,4% frente a 20% das mulheres negras).

Gráfico 27 – Posição na ocupação por sexo e cor/raça – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pardos e pretos.

Nota: (1) Outros: trabalhador na produção para o próprio consumo, trabalhador na construção para o próprio uso, militar e não remunerado.

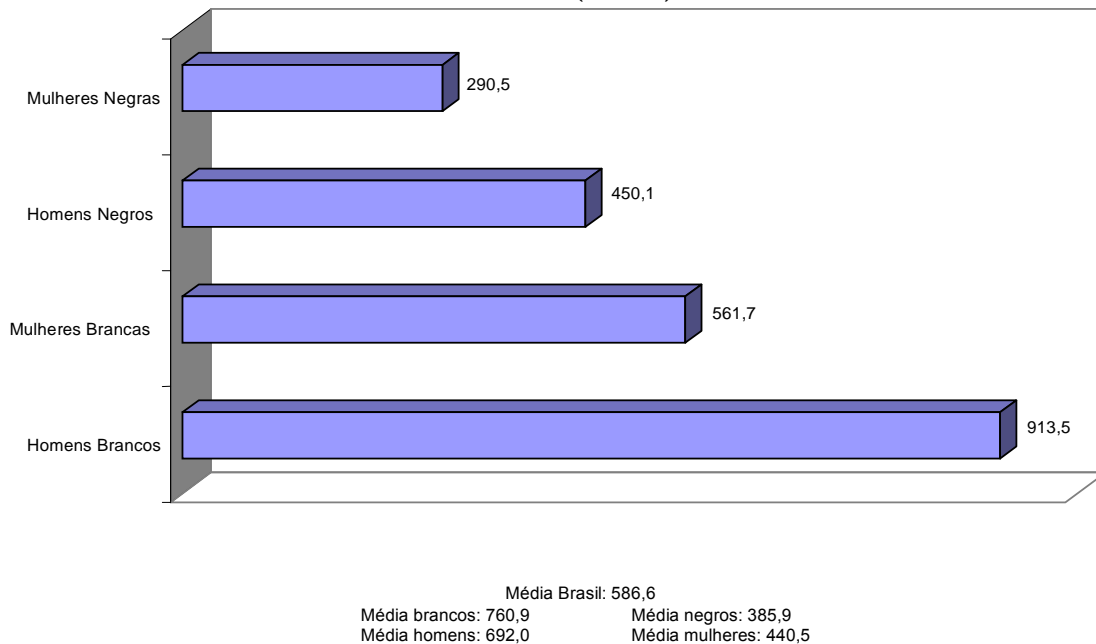
Já no que diz respeito às diferenças de remuneração entre homens e mulheres e entre brancos e negros, cabe destacar que esta é uma das formas mais persistentes das desigualdades de gênero e raça, constituindo-se, por isso, em tema central em quase todas as discussões relativas à eliminação das discriminações no mundo do trabalho. Os dados de rendimento médio da ocupação principal no mercado de trabalho capturam de forma evidente as desigualdades de gênero e raça. Como consequência das desigualdades educacionais, da segregação de mulheres e negros em postos de trabalho de menor qualidade e do próprio fenômeno social da discriminação, os rendimentos de homens e de brancos tendem a ser mais elevados do que o de mulheres e negros. Com efeito, em 2004, os homens recebiam, em média, R\$692,00 ao mês, enquanto as mulheres recebiam apenas R\$440,50, o que equivale a cerca de 2/3 do salário masculino. De forma ainda mais intensa, os negros recebiam cerca de

¹⁹ Segundo o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2005, pouco mais de 10% das mulheres negras, em 2003, não recebiam remuneração pelo trabalho realizado.

metade do salário dos brancos, perfazendo R\$385,90 em média por mês, contra R\$760,90 dos brancos.

Os dados evidenciam, mais uma vez, a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras no mercado de trabalho. Enquanto as mulheres brancas ganham, em média, 61,5% do que ganham homens brancos, as mulheres negras ganham 64,5% dos homens do mesmo grupo racial e apenas 32% do rendimento médio de homens brancos.

Gráfico 28 – Rendimento médio mensal do trabalho, segundo sexo e cor/raça Brasil, 2004 (Em R\$)

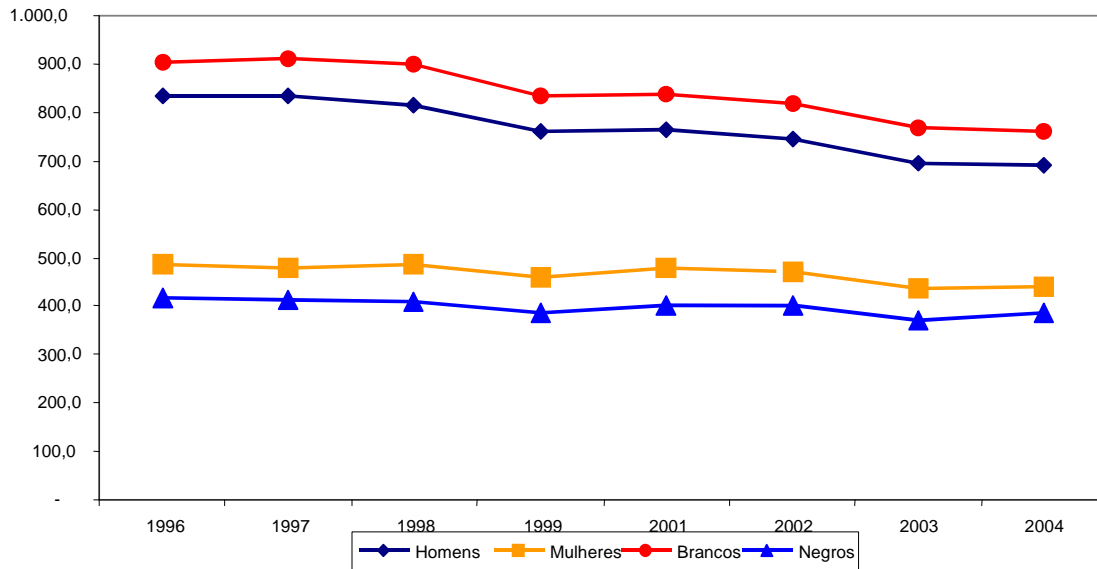


Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pardos e pretos.

Os diferenciais de remuneração entre os grupos aqui analisados vêm caindo ao longo dos anos. De fato, somente entre 1996 e 2004, período analisado neste trabalho, as desigualdades de renda entre brancos e negros e entre homens e mulheres se reduziram em aproximadamente 10%. No entanto, como pode ser observado no Gráfico 29, tal resultado deve-se à queda mais intensa no rendimento de brancos e de homens. Ou seja, o rendimento global caiu, mas enquanto negros e mulheres mantiveram patamares estáveis de renda, foram os brancos e os negros os grupos que sofreram uma perda maior, o que levou a uma maior igualdade, mas em uma situação de queda nos rendimentos.

Gráfico 29 – Rendimento médio da ocupação principal, por sexo e cor/raça
Brasil, 1996-2004 (Em R\$)



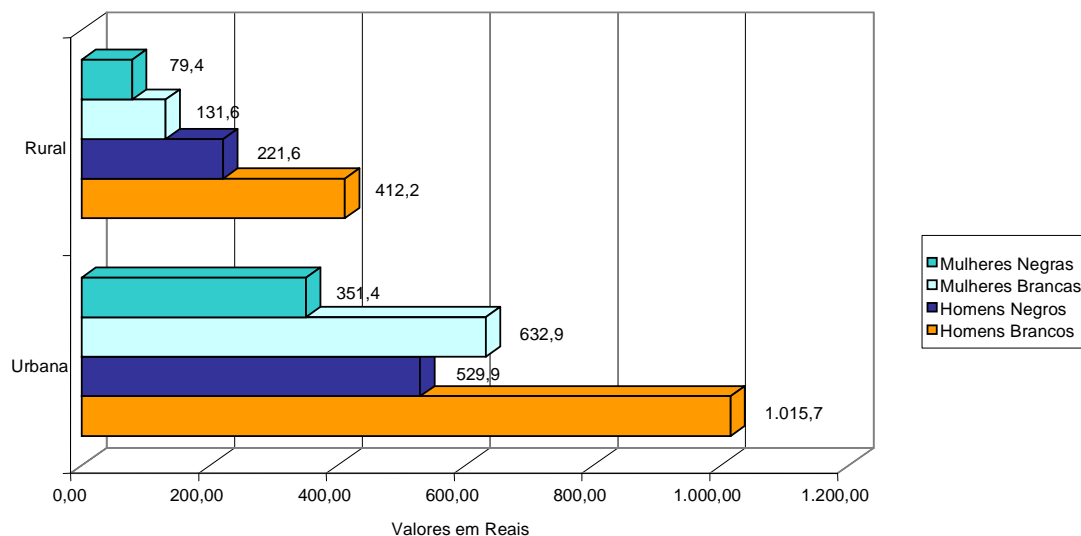
Fonte: PNAD 1996 a 2004.

Obs.: A população negra é composta de pardos e pretos.

No que diz respeito à localização do domicílio, vale a pena apontar a grande desigualdade de renda entre a população habitante das áreas urbanas e das rurais. Em 2004, a população rural recebia, em média, uma renda mensal de R\$225, enquanto entre os moradores de zonas urbanas esse valor era de 3 vezes mais, alcançando R\$676 mensais. Entre 1996 e 2004, essa diferença se reduziu em apenas 16%.

O Gráfico 30, abaixo, mostra, porém, que no meio urbano as desigualdades de gênero e de raça são mais intensas do que aquelas verificadas no meio rural. Isto porque a pobreza tende a ser mais homogênea; assim, em espaços mais pobres, as desigualdades tendem a ser menores do que as verificadas em espaços onde o nível de riqueza gerada é maior.

**Gráfico 30 – Rendimento médio na ocupação principal segundo sexo e cor/raça
Brasil, 2004 (Em R\$)**



Fonte: PNAD 2004.

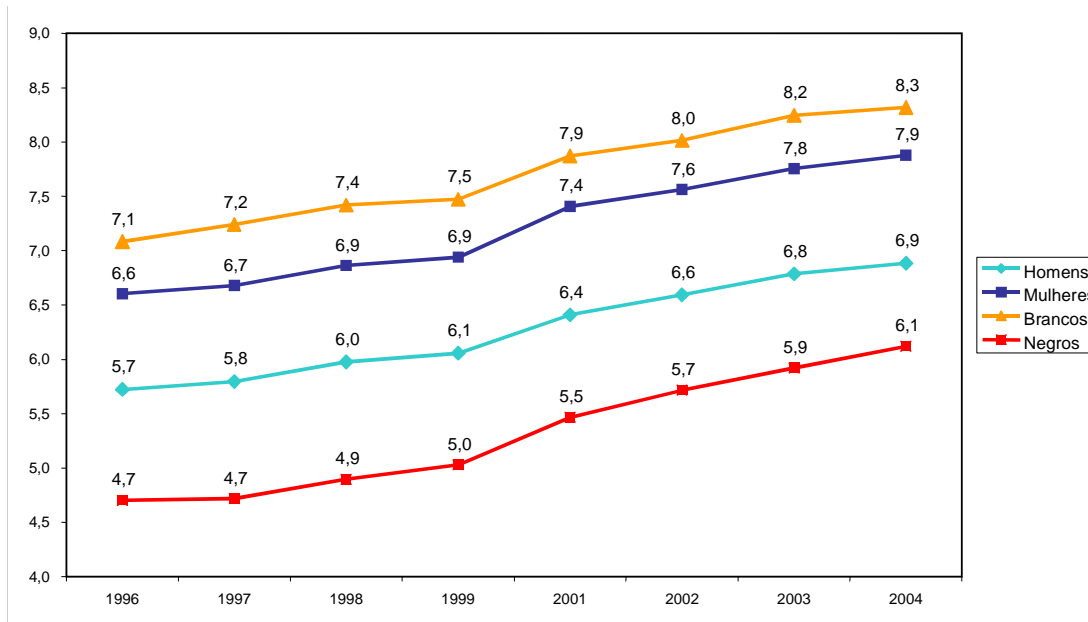
Obs.: A população negra é composta de pardos e pretos.

É muito freqüente a argumentação de que os diferenciais de rendimentos se devem sobretudo aos diferenciais na qualificação. De fato, no caso dos negros, em virtude de todo o processo discriminatório que se dá no ambiente escolar e da necessidade cada vez mais intensa que este grupo tem de abandonar os estudos para se dedicar ao trabalho, seus indicadores educacionais são sistematicamente inferiores aos dos brancos. Como pode ser visto no Gráfico 31, a população negra ocupada possuía, em 2004, uma média de 6,1 anos de estudo contra 8,3 da população branca. Cabe destacar, porém, que as diferenças de escolaridade entre brancos e negros explicam apenas uma parte da desigualdade salarial. Parte significativa dessa diferença só é explicada pela discriminação propriamente dita, o que vem sendo comprovado por uma série de estudos desenvolvidos nessa área. Alguns deles chegam a apontar que 53% das diferenças de renda entre negros e homens brancos pode ser explicada pela pura discriminação²⁰.

Já no caso das mulheres essa tese não se sustenta, pois elas apresentam em média um ano a mais de escolaridade que os homens e possuem melhores condições educacionais, qualquer que seja o indicador analisado. Em 2004, elas tinham, em média, 7,9 anos de estudo contra 6,9 dos homens ocupados (a média brasileira era de 7,3 anos), o que não lhes garantiu melhores condições de trabalho, ou, ao menos, as mesmas condições ofertadas aos homens.

²⁰ A esse respeito consultar RANGEL, Leonardo. *Nota sobre rendimentos e desigualdade racial em 2003*. Brasília: Ipea, julho de 2005 e *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, n. 11. Brasília: Ipea, 2005.

Gráfico 31 – Média de anos de estudo da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo cor/raça e sexo – Brasil, 1996-2004



Fonte: PNAD 1996 a 2004.

Obs.: A população negra é composta de pardos e pretos.

Trabalho doméstico remunerado

O trabalho doméstico no Brasil é tradicionalmente uma ocupação das mulheres, em especial das mulheres negras. Em 2004, de acordo a PNAD, existiam cerca de 6 milhões de mulheres trabalhadoras domésticas, sendo 57% delas negras. O número de homens na mesma função era somente 7% desse total, somando cerca de 427 mil trabalhadores, que estão em ocupações diferenciadas, como jardineiro, motorista particular, caseiro etc.

Quando se examina a importância do trabalho doméstico para o universo de mulheres ocupadas, a diferença de gênero ganha ainda mais relevo, pois enquanto entre os homens os trabalhadores domésticos representam 0,9% dos ocupados, entre as mulheres esta proporção é de 17%, chegando a 21,4% entre as ocupadas negras.

Deve-se destacar, porém, que o fato de esta ser uma atividade exercida majoritariamente por mulheres não pode ser visto como algo natural. De fato, este “domínio feminino” foi cultural e historicamente construído, sendo resultado das definições sociais de quais são os papéis e espaços reservados às mulheres em nossa história. Uma vez que à mulher couberam as tarefas realizadas no âmbito privado, a função de cuidadora e reprodutora, a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pela educação dos filhos, é esperado que uma grande parte das mulheres que decidam inserir-se no mercado de trabalho se utilize de sua experiência na esfera privada como forma de exercício de trabalho remunerado. É importante observar que devemos falar em ‘trabalho doméstico remunerado’ quando estamos analisando as mulheres que, dentro do mercado de trabalho, recebem para realizar essas tarefas, pois a imensa maioria das mulheres desempenha esta função sem remuneração.

As características do trabalho doméstico remunerado remontam “(...) não só às raízes escravocratas da sociedade brasileira, mas também às tradicionais concepções de gênero, que representam o trabalho doméstico como uma habilidade natural das mulheres. A sua associação com a escravidão negra e com o patriarcalismo acabou por produzir, no imaginário social, uma representação desvalorizada dessas tarefas”²¹. Assim, apesar da importância das funções exercidas por essas trabalhadoras para a reprodução social e o bem-estar da sociedade, esta é uma ocupação tradicionalmente desprovida de valor simbólico, nem sempre reconhecida como trabalho e historicamente marcada pela precariedade, informalidade e exploração.

Por suas próprias características e raízes históricas, o trabalho doméstico jamais foi encarado como as demais relações de trabalho, que se dão no espaço público. Invisibilizado como relação profissional, foi apenas em 1972, com a promulgação da Lei 5.859, que a profissão foi reconhecida e que os benefícios da Lei Orgânica de Previdência Social foram estendidos a essa categoria²². Somente após a Constituição Federal de 1988, as trabalhadoras domésticas tiveram o acesso garantido a alguns dos direitos trabalhistas assegurados ao conjunto dos trabalhadores formais, como auxílio-maternidade, décimo terceiro salário e adicional de férias. Contudo, o número de trabalhadoras que possuem carteira assinada e que contribuem para a previdência social ainda é muito baixo. Em 2004, somente 25% das trabalhadoras domésticas possuíam carteira assinada e 27% contribuía para instituto de

²¹ *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, n. 12. Brasília: Ipea, 2006, no prelo.

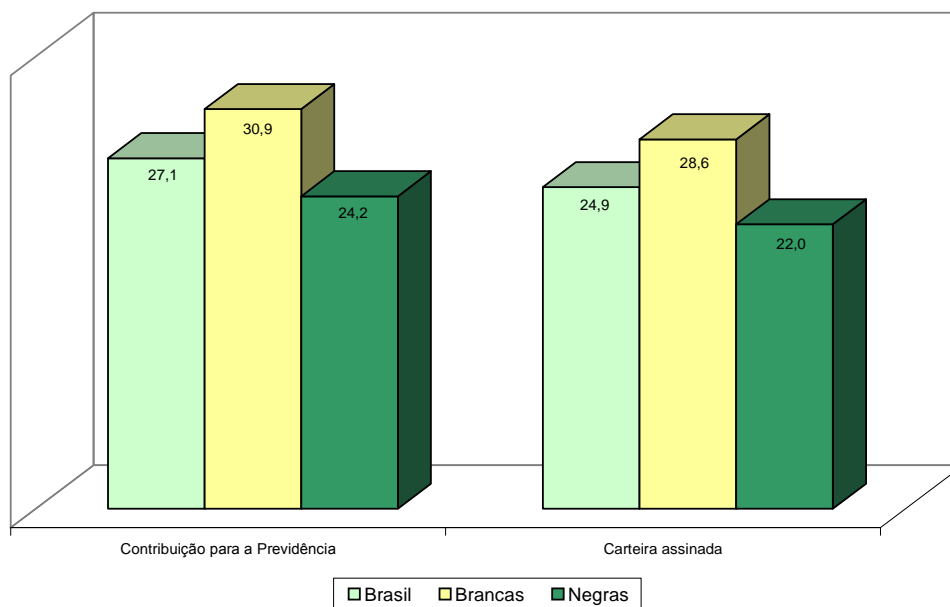
²² As trabalhadoras domésticas não são regidas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a exemplo dos demais trabalhadores, exceção feita aos servidores públicos.

previdência, o que representa um ligeiro acréscimo em relação a 1996, quando estas proporções eram de 21% e 21,6%, respectivamente, mas que demonstra o baixo nível de formalização do setor.

No entanto, existem diferenças significativas nesses valores quando consideramos fatores como raça das trabalhadoras e a região na qual desenvolvem suas atividades. Enquanto entre as brancas 28,6% possuíam carteira assinada, esta proporção chega a 9,2% entre as negras da região Norte. As regiões Norte e Nordeste são aquelas que apresentam os menores níveis de formalização, seguidas da região Centro-Oeste. O mesmo ocorre com relação ao número de trabalhadoras que contribuem para a previdência (ver Gráfico 32).

Isto representa um sério problema, pois significa que um enorme contingente de mulheres trabalhadoras encontra-se sem qualquer proteção social. Estas profissionais são submetidas a longas jornadas de trabalho e auferem salários baixos, bem menores que o da média dos trabalhadores, além de exercerem um trabalho reconhecidamente exaustivo. Situadas em empregos bastante instáveis, ainda não têm garantido o direito ao seguro-desemprego e, em situação informal, ficam desprovidas de direitos como auxílio-doença e auxílio-maternidade. Além de estarem desprotegidas na idade produtiva, sua situação de informalidade implica em desproteção também na senilidade.

Gráfico 32 – Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada e contribuintes da previdência social – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Para analisar as condições de remuneração das trabalhadoras domésticas podemos recorrer aos dados que tratam do seu rendimento médio mensal e do rendimento médio diário. Importante destacar que não se chega à renda mensal multiplicando a renda diária por 30 dias, já que para o cálculo da renda diária considera-se apenas o rendimento percebido nos

dias efetivamente trabalhados. Isso significa que se uma trabalhadora doméstica trabalhou, por exemplo, dez dias no mês e recebeu R\$60 por dia trabalhado, sua renda diária será considerada como R\$60 e sua renda mensal, como R\$600 (e não R\$1.800, que é a multiplicação da renda diária por 30). Isto faz com que a renda diária média das trabalhadoras domésticas tenda a ser maior do que o salário mínimo diário, porque muitas delas se enquadram na categoria de diaristas, ganhando por dia, na média, mais do que um trabalhador que recebe um salário mínimo por mês, se considerada sua renda diária.

Assim, quando se tomam os dados sobre a renda média diária das trabalhadoras domésticas, percebe-se que ela representa quase o dobro do salário mínimo diário, apesar de não alcançar sequer a metade da renda diária da população ocupada como um todo. Em 2004, as trabalhadoras domésticas recebiam, em média, R\$14,32 por dia trabalhado, contrapostos aos valores de R\$32,72 de rendimento-dia da população em geral e aos R\$8,18 do salário mínimo/dia.

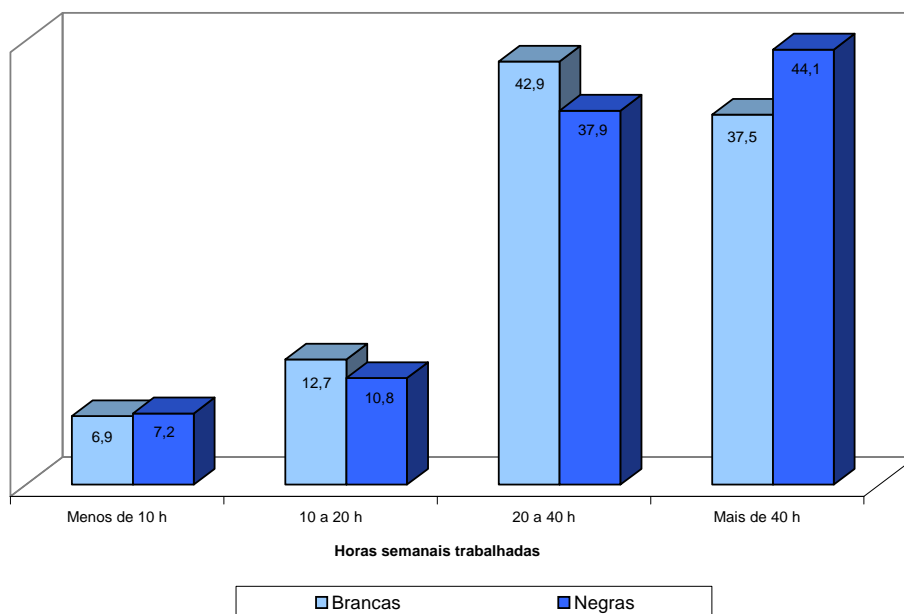
Entre 1996 e 2004, o rendimento médio diário da ocupação principal da população em geral diminuiu de R\$37,73 para R\$32,72. Enquanto isto, o rendimento das trabalhadoras domésticas manteve-se estável, oscilando sempre em torno de R\$14. A desigualdade entre brancas e negras manteve-se constante ao longo da década, sendo a renda das brancas aproximadamente um terço superior à das negras (R\$16,09 contra R\$12,95). Mais uma vez, sobrepondo-se as diferenças regionais e raciais, temos, em 2004, que as trabalhadoras domésticas brancas das regiões Sudeste e Sul ganhavam mais que o dobro, por dia, que as trabalhadoras negras no Nordeste. Esta diferença deve, entretanto, ser relativizada devido ao custo de vida mais reduzido na região Nordeste, mas, ainda assim, este fator não pode explicar a totalidade de uma significativa diferença.

Já a renda média mensal das trabalhadoras domésticas é, em média, inferior a um salário mínimo, tendo atingido, em 2004, o valor de R\$230,8, enquanto o salário mínimo alcançou R\$260, o que é mais um indicativo das precárias condições ainda vivenciadas por tão ampla parcela da população ocupada feminina. A renda mensal das trabalhadoras domésticas era menos da metade daquela auferida, em média, pela população ocupada em geral (R\$586,3) e as diferenças raciais e regionais persistem, a exemplo do observado para a renda diária.

O trabalho doméstico é caracterizado, ainda, pelas jornadas de trabalho excessivas vivenciadas pelas mulheres nele ocupadas. A maior parte das trabalhadoras domésticas (41%) trabalha mais de 40 horas por semana, apesar de este contingente ter diminuído significativamente entre 1996 e 2004. Uma proporção quase idêntica de trabalhadoras tem uma jornada semanal de 20 a 40 horas de trabalho. Nesta faixa de horas trabalhadas encontram-se 43% das trabalhadoras domésticas brancas, contra 38% das negras, que se concentram na faixa superior a 40 horas semanais (44%) (ver Gráfico 33).

É sabido que para um grande número de trabalhadoras domésticas as jornadas de trabalho são flexíveis e se estendem para os horários noturnos, fins de semana e feriados. Com isto, cabe ressaltar que as faixas declaradas na PNAD podem não refletir todo este tempo a mais de trabalho, do qual muitas vezes a própria trabalhadora não tem consciência. Isto se dá especialmente entre aquelas que residem no local de trabalho. Neste caso, as jornadas tendem a se estender e os horários de descanso misturam-se ao trabalho.

Gráfico 33 – Distribuição das trabalhadoras domésticas, por faixa de horas semanais trabalhadas, segundo cor/ raça – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

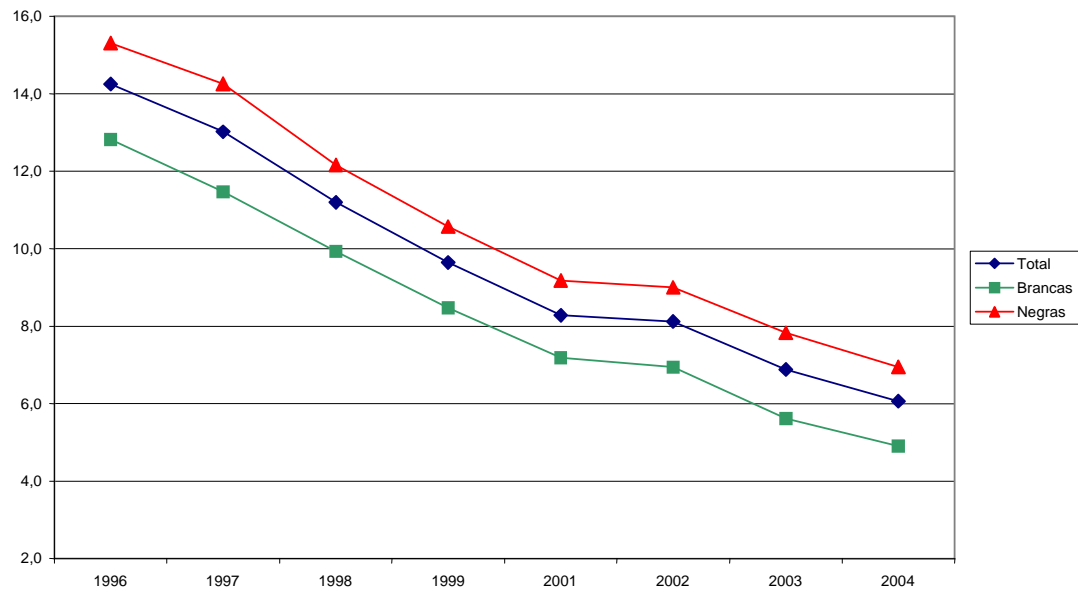
Em 2004, a proporção de trabalhadoras que prestavam serviço em mais de um domicílio chegou a 21,5% do total, o que caracteriza o regime de diaristas, em oposição às mensalistas, que trabalham em uma só residência. É curioso observar que aqui a proporção entre brancas e negras se inverte: se as negras são maioria entre as trabalhadoras domésticas, entre as diaristas são as brancas que apresentam maior proporção – 23,5%, contra 20% de negras neste regime. A peculiaridade deste tipo de regime está em que, apesar de tender a situações ainda mais precarizadas no que diz respeito à formalização, é possível supor que permite ganhos maiores para as trabalhadoras.

A proporção de trabalhadoras domésticas prestando serviço em mais de um domicílio é um fenômeno mais presente nas regiões Sul (24,1%) e Sudeste (20,1%), o que pode ser relacionado a diferentes fatores: tamanho e tipos de famílias; custo da mão-de-obra da trabalhadora doméstica; poder aquisitivo das famílias etc. Finalmente, o número de trabalhadoras domésticas nesta condição aumentou 4 pontos percentuais entre 1996 e 2004, o que pode evidenciar o início de uma mudança de padrão na contratação de serviços domésticos. Em 2004, na Região Sul, a proporção de trabalhadoras domésticas que prestavam serviço em mais de um domicílio chegou a 29%.

Um último dado interessante é aquele que trata das proporções de crianças e adolescentes empregadas no serviço doméstico remunerado. Entre 1996 e 2004, houve uma redução nessa proporção: no início do período, as meninas de 10 a 17 anos de idade representavam 14% do total de trabalhadoras domésticas; em 2004, este percentual caiu para 6%. Uma das hipóteses explicativas é o desenvolvimento, neste período, de programas de combate ao trabalho infantil, além de campanhas especialmente dedicadas ao enfrentamento do trabalho doméstico infantil. A proporção de trabalhadoras jovens – entre 18 e 24 anos – também caiu, de 23% para 17%. E a faixa etária de 25 a 44 anos continuou concentrando a

maior parte das trabalhadoras domésticas – 53,5% em 2004. Não se percebem significativas diferenças entre brancas e negras no que diz respeito à distribuição etária. Chama a atenção somente uma ligeira presença superior de negras nas faixas mais jovens: a proporção de trabalhadoras domésticas com idade entre 10 e 17 anos é de 7%, contra 5% entre as brancas e entre as jovens de 18 a 24 anos, essas taxas são de 18,7% e 14,2%, respectivamente.

Gráfico 34 – Proporção de trabalhadoras domésticas com idade entre 10 e 17 anos segundo cor/raça – Brasil, 1996-2004



Fonte: PNAD 1996 a 2004.

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

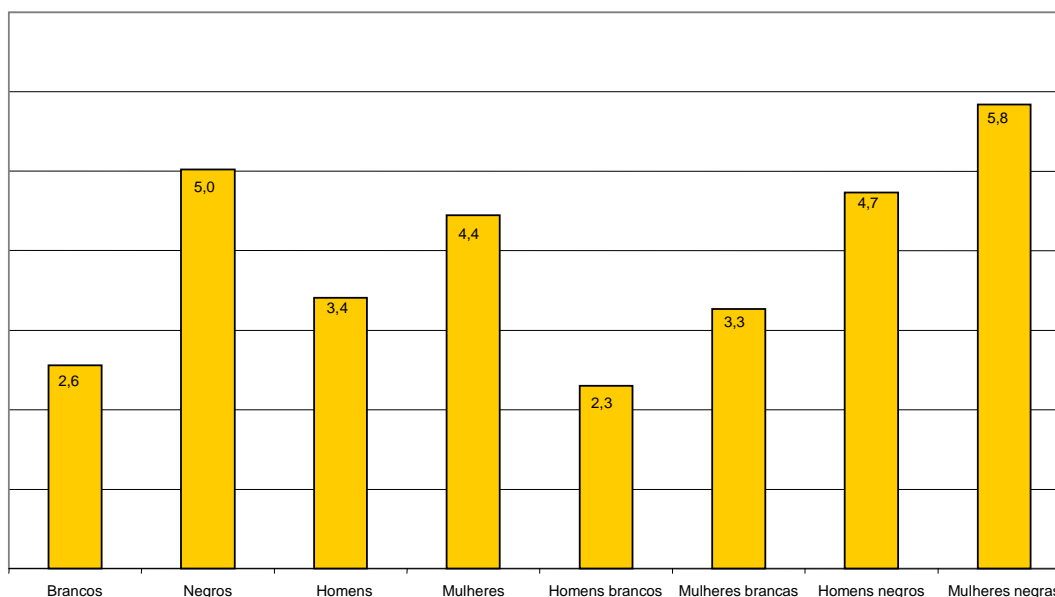
Habitação e Saneamento

Nesta seção, são analisadas as informações relacionadas às condições das moradias brasileiras e aos diferenciais existentes entre aqueles domicílios chefiados por homens, mulheres, brancos e negros. No que se refere aos indicadores de habitação, cabe destacar que são os domicílios chefiados por negros aqueles que se encontram sempre em piores condições, seja no tocante à maior probabilidade de estarem localizados em assentamentos subnormais, seja no que diz respeito à existência de esgotamento sanitário, abastecimento de água ou coleta de lixo.

Neste sentido, um indicador que permite visualizar claramente as desigualdades de gênero e raça no campo habitacional é o da proporção de domicílios localizados em assentamentos subnormais. Assentamentos subnormais equivalem aos conjuntos constituídos por unidades habitacionais (barracos, casa, etc), que ocupam, ou ocuparam até recentemente, terrenos de propriedade alheia e que estão, em geral, dispostos de forma desordenada e densa e estão ausentes de serviços públicos essenciais: seriam o que costumamos chamar de favelas.

Enquanto 2,6% dos domicílios chefiados por brancos estão localizados em assentamentos subnormais, este valor para os negros é de 5%, isto é, o dobro. No que diz respeito às desigualdades de gênero, os percentuais são de 3,4% para os domicílios chefiados por homens e de 4,4% para aqueles chefiados por mulheres. O que se pode observar, aqui, é que domicílios chefiados por homens ou mulheres brancas encontram-se abaixo da média nacional que foi de 3,7% em 2004. Já aqueles chefiados por mulheres ou homens negros encontram-se bem acima desse valor, chegando a atingir 5,8% no caso de chefia de mulheres negras, o que deve estar relacionado à condição de pobreza mais intensa destes grupos em relação aos brancos (ver Gráfico 35).

Gráfico 35 – Proporção de domicílios em assentamentos subnormais segundo cor/raça e sexo do chefe – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

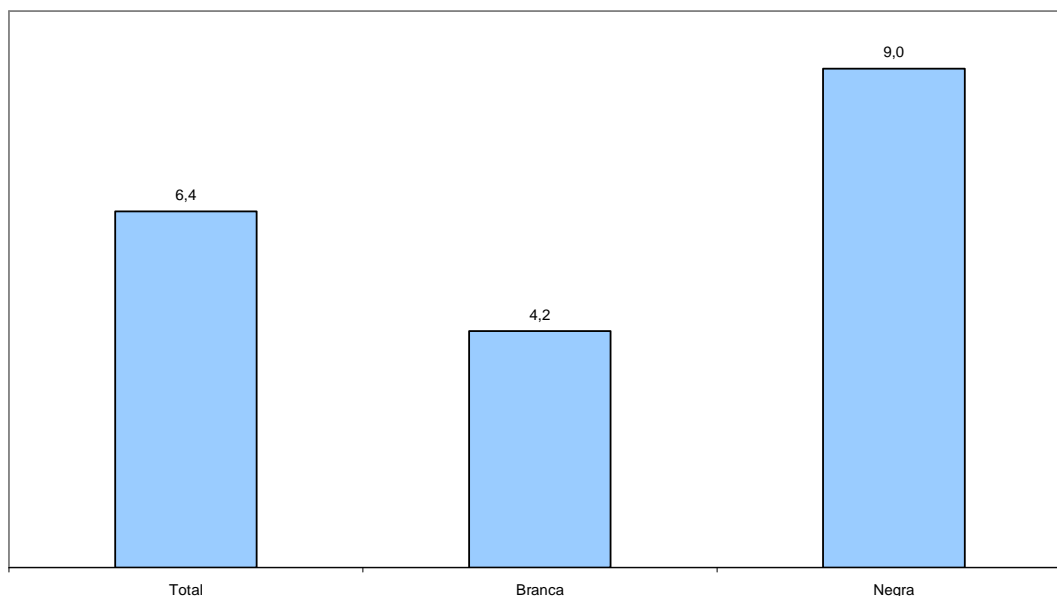
Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Outra informação pertinente para se analisar a condição de habitabilidade dos domicílios brasileiros refere-se ao seu adensamento, medido pelo número de pessoas por dormitório. Um domicílio é considerado com adensamento excessivo quando possui mais de três pessoas por dormitório. Apesar da redução do tamanho das famílias, ainda existe no Brasil um número alto de domicílios nessas condições, o que pode ser explicado parcialmente pelo alto custo com habitação e pela situação de pobreza a que parte da população está sujeita, especialmente nas áreas degradadas urbanas.

Ainda que os valores sejam baixos – a média nacional, em 2004, era de apenas 6,4% dos domicílios com adensamento excessivo – e que venham se reduzindo ao longo dos anos – em 1993, atingiam 10% – as desigualdades de raça e gênero são marcantes. Se observarmos as características raciais dos chefes dos domicílios, encontraremos que enquanto apenas 4,2% daqueles chefiados por brancos encontram-se em situação de adensamento excessivo (valor inferior à média nacional), no caso dos chefes negros, a proporção é mais do que o dobro: são 9% dos domicílios nesta condição.

No caso das desigualdades de gênero, é possível perceber que domicílios densamente habitados são mais comuns em famílias chefiadas por homens do que por mulheres. No caso dos domicílios chefiados por homens, essa proporção era de 6,8% e, nos de chefia feminina, de 5,2%. Nesse caso, é possível fazer uma ligação com o tipo de chefia característica de cada um dos sexos. A maior parte dos chefes homens encontra-se em famílias do tipo casal, com ou sem filhos. As mulheres, porém, usualmente chefiam domicílios em que não há presença de cônjuge, podendo ou não haver filhos ou outros parentes dividindo a residência. Isso significa que as famílias chefiadas por homens tendem a ser mais numerosas, o que as torna mais propensas ao adensamento excessivo.

Gráfico 36 – Proporção de domicílios com adensamento excessivo segundo cor/ raça do chefe – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

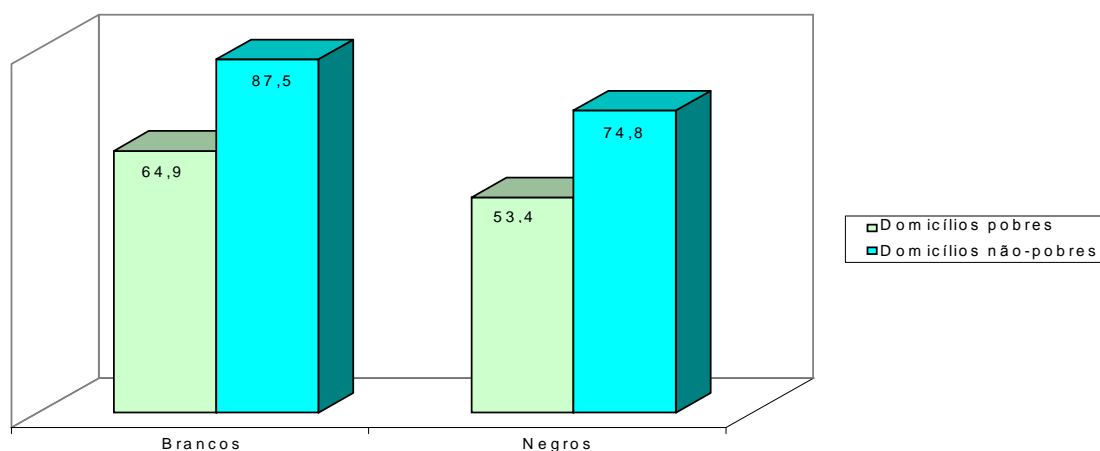
Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Importante analisar também as condições de acesso da população brasileira aos serviços de saneamento básico – abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. De fato, “o acesso a saneamento básico é um dos principais determinantes da qualidade de vida de um país, tornando a população menos vulnerável a doenças de veiculação hídrica, como infecções diarreicas e parasitárias, e contribuindo ainda para a redução dos índices de poluição e degradação ambiental”²³. A existência de desigualdades no acesso ao saneamento básico entre domicílios chefiados por brancos e por negros e entre aqueles chefiados por homens e por mulheres expressa, portanto, uma situação social na qual determinados grupos encontram-se em situação de pior qualidade de vida e de maior vulnerabilidade a uma série de doenças.

No caso da coleta de lixo, serviço que alcança maior número de domicílios particulares permanentes urbanos (96%), a diferença entre domicílios chefiados por brancos e por negros é de 4 pontos percentuais (98% e 94%, respectivamente), enquanto entre chefes homens e mulheres não há diferença significativa. Entre as regiões, o Norte é a que apresenta menor percentual de domicílios cobertos por este serviço (89%), valor que se iguala àquele verificado entre os domicílios considerados pobres. Esta quase universalidade, porém, esconde diferenças marcantes: este é o caso dos domicílios chefiados por mulheres brancas no Sul e no Sudeste, cujo percentual de cobertura é de 99,5%, e daqueles chefiados por homens negros no Norte cuja cobertura é mais de 10 pontos percentuais inferior (86,9%).

Por outro lado, o serviço que oferece menor cobertura populacional, apesar do crescimento de 8 pontos observado no período, é o de esgotamento sanitário, com um percentual de domicílios atendidos de 78%. Assim como no caso anterior, não existem desigualdades de gênero significativas, mas as diferenças de raça, região e renda podem ser facilmente observadas. Enquanto 85% dos domicílios chefiados por brancos possuem esgotamento sanitário, este valor é de 69% para os domicílios chefiados por negros, sendo de apenas 47% para os domicílios da região Centro-Oeste e 57,4% para aqueles em situação de pobreza²⁴. As desigualdades raciais se mantêm, independentemente da situação de pobreza do domicílio, como pode ser observado no Gráfico 37.

Gráfico 37 – Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos pobres e não-pobres com esgotamento sanitário segundo cor/raça do chefe – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

²³ BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília: Ipea, 2005, p.156.

²⁴ Foram considerados pobres todos aqueles cuja renda domiciliar per capita fosse de até meio salário mínimo mensal.

Acesso a bens duráveis e exclusão digital

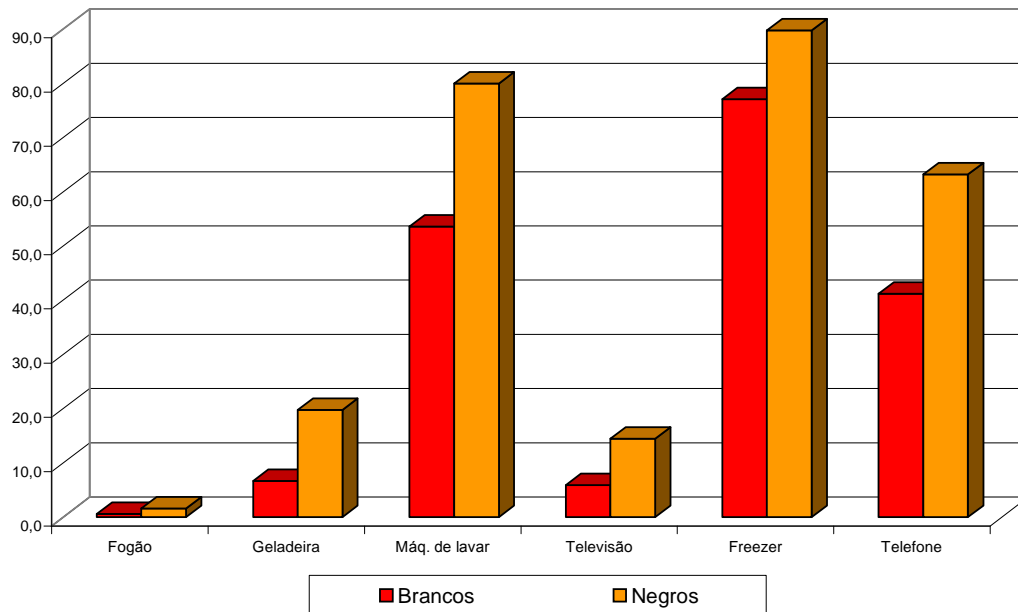
No caso do acesso a bens duráveis, foram analisados os domicílios segundo o sexo e a cor/raça do chefe e a posse dos seguintes itens: fogão, geladeira, máquina de lavar, televisão, freezer e telefone fixo. Apesar das variações na posse de cada um dos itens, a tendência geral é de que os domicílios chefiados por negros e aqueles localizados na área rural tenham menor acesso a esses bens e que o acesso venha crescendo ao longo do período de tempo analisado para todos os grupos populacionais. Também não existem, em geral, grandes diferenças na posse de bens duráveis quando os chefes são homens ou mulheres.

Dentre os bens duráveis, o mais disseminado é o fogão, presente em 99% dos domicílios brasileiros. Ainda assim as diferenças raciais são explícitas, pois enquanto 0,6% dos domicílios chefiados por brancos não possuem fogão, esse percentual é quase três vezes superior entre os negros: 1,6%. No outro extremo, o bem menos disseminado é o freezer: em 2004, menos de 20% do total de domicílios brasileiros contavam com este equipamento. Mais uma vez, os brancos têm maior acesso a esse bem, ainda que também não seja um valor alto; cerca de 23% dos domicílios chefiados por brancos contam com freezer, ao passo que apenas 10% dos chefiados por negros têm a mesma condição.

Ainda é alta a proporção de domicílios que não possuem geladeira – são 12,8% na média nacional –, sendo que entre os domicílios chefiados por homens negros da zona rural esse percentual chega a 49,3%. No caso da máquina de lavar roupa, aproximadamente dois terços dos domicílios brasileiros não contam com esse bem. A média nacional é, em grande medida, determinada pelo comportamento dos domicílios chefiados por negros: 80% deles não dispunham de máquina de lavar; entre os brancos esse valor é bem menor, 53,6%. Vale ressaltar que, mesmo não havendo diferenças na posse desse bem quando se comparam chefias femininas e masculinas, a ausência de máquinas de lavar certamente reduz o tempo livre de mulheres (sejam elas chefes ou não), pois aumenta o tempo que estas têm de dedicar aos trabalhos domésticos, os quais, em geral, são de sua responsabilidade.

Chama a atenção a diferença no acesso a bens duráveis dos domicílios chefiados por negros em relação aos domicílios chefiados por brancos. Como pode ser visto no gráfico abaixo, em todos os casos os negros estão em posição significativamente desfavorável, bem como os domicílios localizados em áreas rurais. No primeiro caso, confirma-se a exclusão dos negros do consumo e do acesso a bens e serviços, em grande parte explicada pelos menores rendimentos e menor escolaridade. No caso da área rural, devem ser levadas em consideração também questões de infra-estrutura, como acesso à rede elétrica.

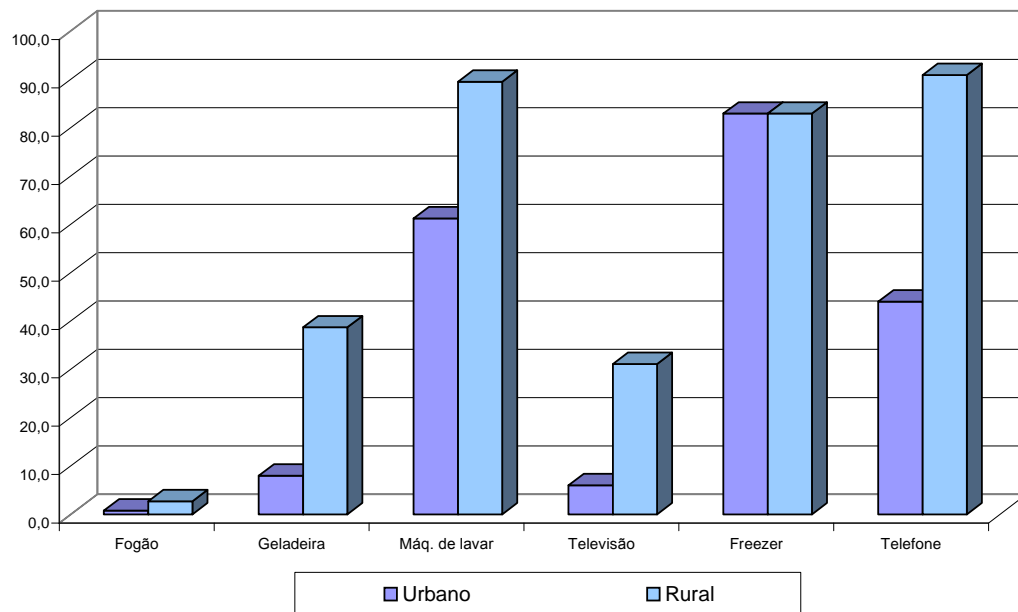
Gráfico 38 – Proporção de domicílios que não possuem o bem durável citado segundo cor/raça do chefe – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Gráfico 39 – Proporção de domicílios que não possuem o bem durável citado segundo localização do domicílio – Brasil, 2004



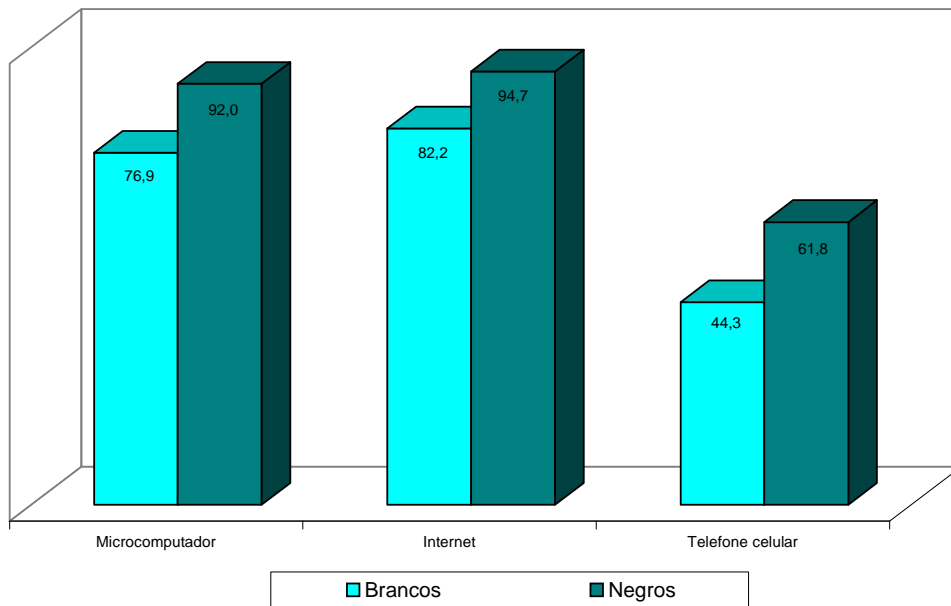
Fonte: PNAD 2004

Do ponto de vista da exclusão digital, foi analisado o acesso a microcomputador, internet e telefone celular, informações levantadas a partir de 2001. A tendência geral, nesse caso, é de elevada exclusão digital da população negra, e, em especial, das mulheres negras.

A exclusão digital é um fenômeno presente. O acesso a microcomputador e internet nos domicílios ainda é exclusivo de uma parcela muito pequena da população. O telefone celular é mais disseminado; entretanto, apesar de estar disponível em mais da metade dos domicílios, quando se analisam a localização, a cor/raça e o sexo do chefe, percebe-se o padrão de exclusão. Em todos os casos, os domicílios das zonas rurais, aqueles chefiados por mulheres e os chefiados por pessoas da raça negra apresentam menor acesso.

Em 2004, nos domicílios chefiados por brancos, 77% não tinham acesso a microcomputador, 82% a internet e 44% a telefone celular. No caso dos domicílios chefiados por negros, esses valores eram, respectivamente, de 92%, 95% e 62%. Não existem diferenças significativas entre homens e mulheres na posse desses itens. No entanto, quando se cruza a chefia por raça e sexo, percebe-se que são sempre as mulheres negras as que se encontram em pior situação e, nesse caso, estão, portanto, mais sujeitas à exclusão digital.

Gráfico 40 – Proporção de domicílios que não possuem microcomputador, acesso à internet e telefone celular, segundo cor/raça do chefe – Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Pobreza, distribuição e desigualdade de renda

O debate sobre as desigualdades de gênero e raça é sempre permeado pela discussão das desigualdades de rendimentos auferidos no mercado de trabalho e dos diferenciais de incidência de pobreza e indigência segundo a cor/raça e o sexo dos indivíduos. No que diz respeito às desigualdades de gênero entre a população que vive em piores condições de renda, torna-se necessário fazer algumas considerações prévias em relação à metodologia de cálculo de pobreza e indigência usualmente adotada.

Na grande maioria dos estudos, a identificação de um indivíduo pobre ou indigente é feita com base na variável renda e em informações sobre sua família ou sobre seu domicílio. Assim, é bastante comum a utilização do indicador de nível de renda familiar *per capita* para determinar se alguém é pobre ou não. Essa metodologia tem implicações diretas quando se trata de analisar a pobreza e a diferença de sua incidência entre mulheres e homens. Isto porque, ao focarmos a pobreza em sua dimensão econômica, definimos como pobres todos aqueles que vivem em famílias cuja renda familiar *per capita* é inferior a um determinado valor arbitrado pela linha de pobreza – neste estudo, $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Assim, a renda domiciliar *per capita* é calculada por meio da soma do rendimento de todos da família, em seguida dividida pelo número total de seus membros, o que faz com que todos do domicílio sejam igualmente pobres, ou seja, não se leva em consideração a questão da desigualdade de distribuição dos rendimentos dentro da família. Esta suposta homogeneidade não existe na prática. Grande parte das desigualdades entre homens e mulheres está relacionada ao que ocorre dentro das famílias. O que podemos observar, na realidade, é que existem desigualdades intrafamiliares que afetam de maneiras distintas pessoas de sexos diferentes.

No Brasil, a maior parte das famílias é formada por casais, com ou sem filhos. A tendência é de que, na média, tenhamos famílias vivendo com um número aproximadamente igual de homens e mulheres entre seus membros, o que nos leva a encontrar níveis de pobreza e indigência entre homens e mulheres mais ou menos equivalentes sempre que forem utilizadas metodologias de cálculo de pobreza baseadas exclusivamente na dimensão renda e que não considerem as desigualdades intradomiciliares. Assim, como consequência, temos que, em 2004, aproximadamente 30% de homens e a mesma proporção de mulheres eram considerados pobres²⁵. Da mesma forma, algo em torno de 11% destes dois grupos estavam na indigência no mesmo ano.

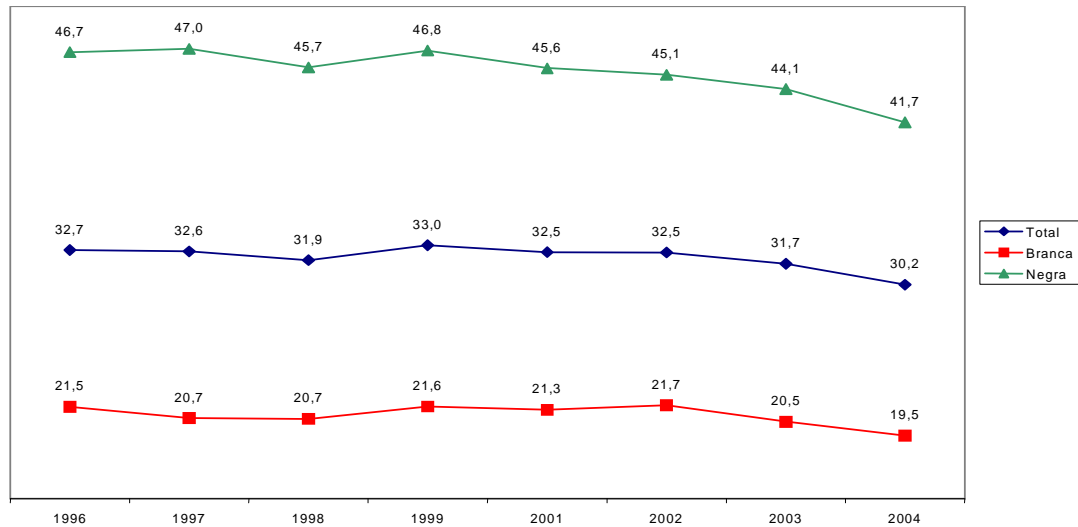
Nesse sentido, a incidência de um maior número de mulheres entre os pobres só pode ser percebida a partir de uma forma de mensurar pobreza que leve em conta seu caráter multidimensional. O indicador de renda familiar *per capita* é insuficiente para mensurar outros fatores importantes para o bem-estar humano, que poderiam ser considerados no momento de se determinar a pobreza, como o uso do tempo, o acesso a equipamentos sociais de educação e saúde, entre outros

Já no caso dos diferenciais de raça esse problema não se verifica, na medida em que as famílias tendem a ser mais homogêneas em termos de sua raça/cor (famílias negras e famílias brancas), o que retorna rendimentos *per capita* sistematicamente inferiores para negros do que para brancos. Isso significa que podemos extrair dos dados de rendimento *per capita* os grandes diferenciais de incidência de pobreza e indigência para as populações branca e negra. Desse

²⁵ Foram considerados pobres todos aqueles cuja renda domiciliar per capita fosse de até meio salário mínimo mensal.

modo, tomando-se as informações para 2004, temos que 19,5% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto mais do dobro, ou 41,7%, da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade (ver Gráfico 41). No caso de indigência, a situação é tão ou mais grave: enquanto 6,4% dos brancos recebem menos de ¼ de salário mínimo *per capita* por mês, esse percentual salta para 16,8% da população negra, quase três vezes mais na comparação com o grupo dos brancos (ver Gráfico 42).

Gráfico 41 – Proporção de pobres* segundo cor/raça – Brasil, 1996-2004

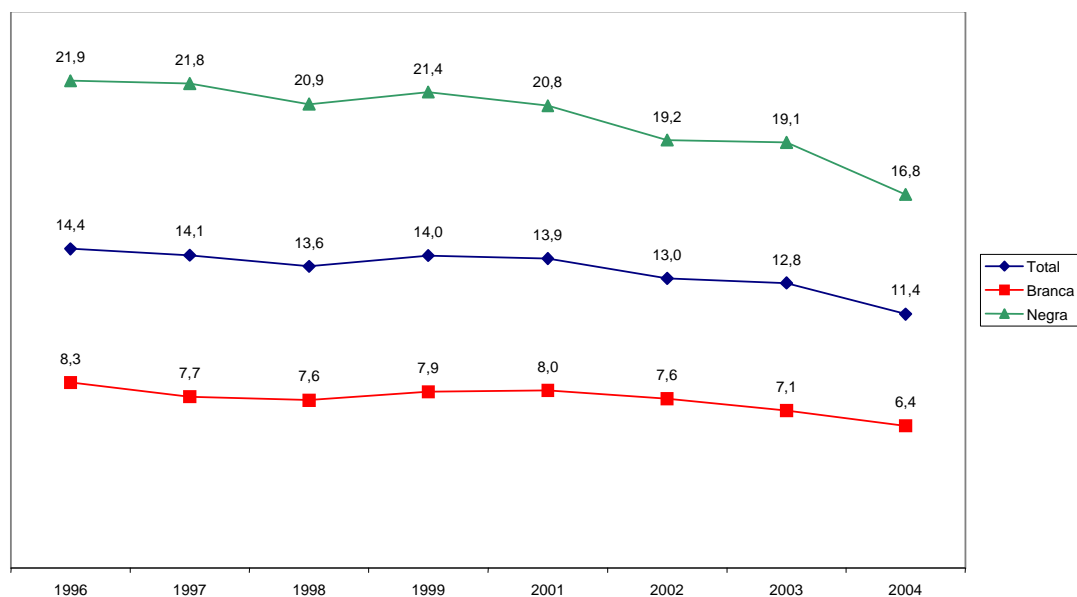


Fonte: PNAD 1996- 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

* Foram considerados pobres todos aqueles cuja renda domiciliar per capita fosse de até meio salário mínimo mensal.

Gráfico 42 – Proporção de pessoas extremamente pobres* segundo cor/raça Brasil, 1996-2004



Fonte: PNAD 1996- 2004

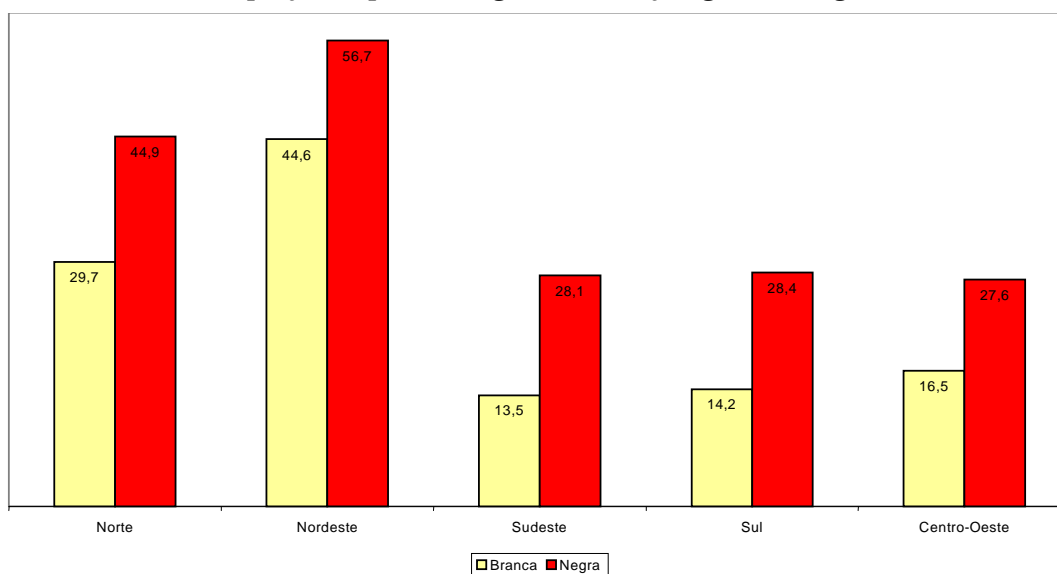
Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

* Foram consideradas pessoas extremamente pobres aquelas cuja renda domiciliar *per capita* é de até um quarto do salário mínimo mensal.

Se não podemos afirmar que a pobreza tem um rosto feminino em função do tipo de medida utilizada, ela sem dúvida é negra e vem se mantendo negra historicamente. Apesar disso, é possível perceber uma ligeira redução da proporção de negros entre os mais pobres nos últimos anos, o que pode ser visualizado nos gráficos anteriores por uma inclinação ligeiramente mais acentuada para baixo da linha que representa a população negra.

As regiões menos desenvolvidas do país também concentram a maioria da população em situação de pobreza ou extrema pobreza, bem como as áreas rurais. Nesses casos, o fator racial se soma ao local de moradia, intensificando a desigualdade e a vulnerabilidade de grupos sociais específicos (ver Gráficos 44 e 45, abaixo). Assim, enquanto no Nordeste 56,7% dos negros são pobres, no Sul esta proporção cai para 28% e, para os brancos desta mesma região, ela alcança apenas 13,5%.

Gráfico 44 – Proporção de pobres* segundo cor/raça e grandes Regiões, 2004

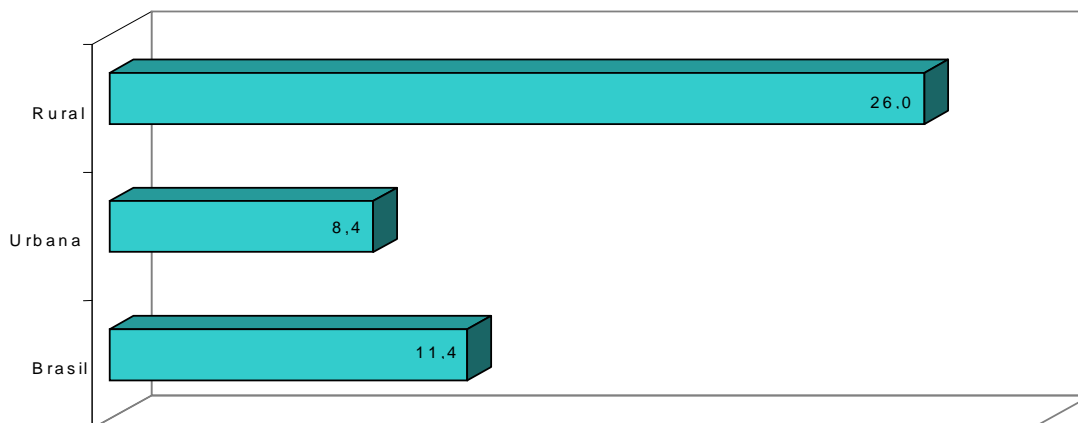


Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

* Foram considerados pobres todos aqueles cuja renda domiciliar per capita fosse de até meio salário mínimo mensal.

Gráfico 45 – Proporção de pessoas extremamente pobres* segundo localização do domicílio – Brasil, 2004

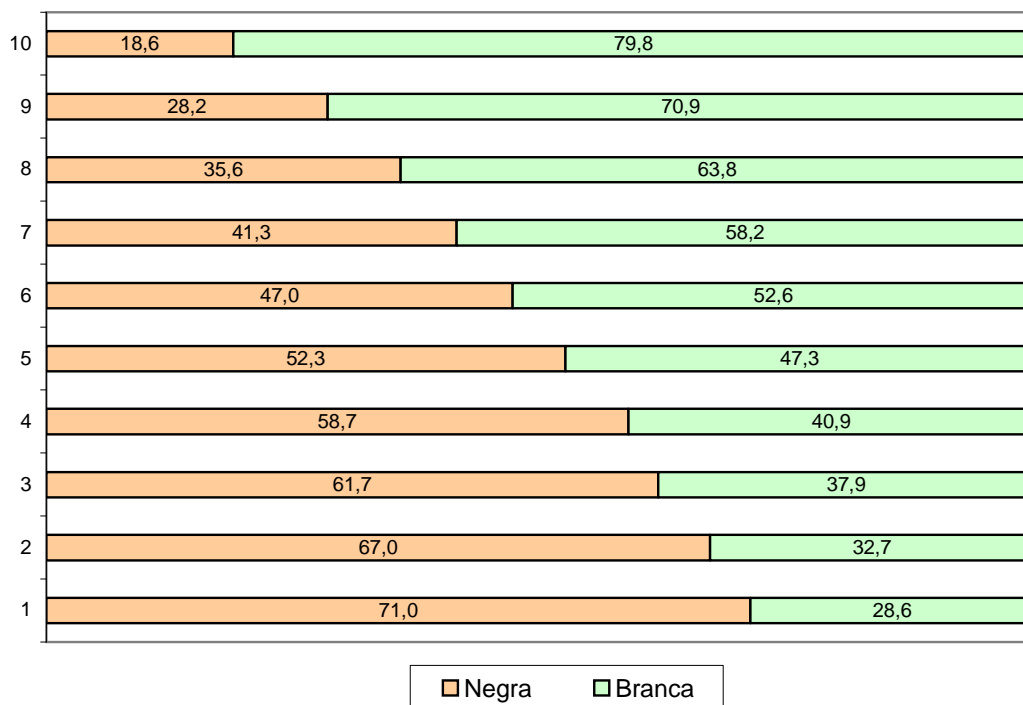


Fonte: PNAD 2004

* Foram consideradas pessoas extremamente pobres aquelas cuja renda domiciliar *per capita* é de até um quarto do salário mínimo mensal.

Por fim, cabe destacar que a desigualdade nos rendimentos existente entre brancos e negros é evidenciada também quando se examina a distribuição da população por décimos de renda per capita. Como pode ser visto no gráfico abaixo, quanto mais se avança em direção aos grupos populacionais de maior renda, menor é a proporção de negros. Isto é, quanto mais caminhamos dos décimos mais pobres no sentido dos mais ricos, mais a distribuição fica embranquecida. Em 2004, entre os 10% mais pobres da população, 71% eram negros; e esta proporção cai para 18,6% no grupo dos 10% mais ricos (ver Gráfico 46). Já no grupo do 1% mais rico da população, somente 11,3% eram de indivíduos negros. Esses dados revelam que a riqueza produzida no Brasil, por uma população formada por diferentes raças e cores, onde se destacam os negros, que representam 48% dela, se concentra nas mãos de poucos e estes são brancos em sua imensa maioria.

Gráfico 46 – Proporção de pessoas por décimos de renda per capita segundo cor/raça Brasil, 2004



Fonte: PNAD 2004

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Conclusão

As informações aqui apresentadas mostram um quadro de persistente desigualdade e discriminação, tanto fundamentada na cor/raça do indivíduo quanto no seu sexo. Cabe lembrar, porém, que nem todas as desigualdades observadas são frutos de processos discriminatórios. Não é possível falar, por exemplo, que os diferenciais salariais entre negros e brancos são consequência exclusiva da externalização de sentimentos e pensamentos preconceituosos. De fato, uma parte dessa desigualdade pode ser atribuída a outros fatores, como menor nível de escolaridade, a diferente distribuição de negros e brancos pelas regiões geográficas do país e pelas zonas urbanas e rurais, por exemplo. Alguns estudos já vêm demonstrando que parte considerável dessa diferença é mesmo resultado da discriminação, pois não pode ser explicada por nenhum outro fator objetivo como os anteriormente apresentados. No entanto, é importante ter em mente a distinção entre desigualdade e discriminação.

Os avanços no período analisado são inegáveis, mas ainda há muito por ser feito. Se por um lado, por exemplo, as mulheres atingiram elevados níveis de escolaridade, por outro há que se garantir que tal fenômeno seja levado também ao mercado de trabalho, espaço onde as desigualdades são ainda muito latentes.

O combate às desigualdades e, especialmente, à discriminação, requer atitudes não só punitivas, mas também atos que construam uma nova cultura na sociedade. Aos governos cabe fazer cumprir a norma constitucional de igualdade e não discriminação – reiterada pelas diversas convenções internacionais ratificadas pelo Brasil – e cabe a implementação de políticas que corrijam as desigualdades historicamente construídas, ofereçam iguais oportunidades para homens e mulheres, negros e brancos, mas sempre respeitando suas diferenças, e contribuam para a modificação do padrão cultural vigente, que ainda enxerga negros e mulheres em escala inferior na hierarquia de poder social.

No entanto, a mudança nesse quadro é papel também dos demais atores que compõem a sociedade brasileira. Cabe aos movimentos sociais pressionar por uma atuação política que combata o sexismo e o racismo, cabe ao Legislativo oferecer os instrumentos legais necessários à construção da igualdade, ao Judiciário a responsabilização e punição daqueles que praticam atos discriminatórios. Se a discriminação é um processo socialmente construído, cabe a cada um a responsabilidade pela sua desconstrução.

